

Table with 2 columns: Item, Price. Rows include Assignaturas (Annual, 6 months, 3 months), Avulso por folha, and Anuncios por linha.



Table with 2 columns: Item, Price. Rows include Assignaturas (Annual, 6 months, 3 months), Comunicados e correspondencias, and A correspondencia das provincias.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes: Com estampilha. 3\$600 réis Sem estampilha. 3\$000 „

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda collecções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por collecção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCAO GERAL DOS PROPRIOZ NACIONAES

“ Sendo presente a Sua Magestade El-Rei algumas duvidas, que se têm offerecido na execução dos artigos 7.º e 8.º das instrucções de 31 de maio de 1859, regulamentares da carta de lei de 16 de abril do mesmo anno: manda pela direcção geral dos proprios nacionaes, como addicionalmente ás mesmas instrucções, se observem na sua execução as seguintes regras:

1.º O dinheiro, que se receber pela remissão de fóros pertencentes a donatarios vitalícios, com destino á aquisição de títulos de divida fundada, que devam ser averbados a favor dos mesmos donatarios, e que não chegar para se effectuar essa aquisição, ou que sobrejar depois de feita a que poder ter lugar, será conservado em cofre, para, juntamente com o dinheiro, que posteriormente se arrecadar, com a mesma origem, e nas mesmas condições, ser empregado na compra de titulo ou titulos, que for possível obter.

2.º Os titulos assim comprados serão averbados a favor da fazenda nacional com declaração da sua proveniencia, para o thesouro receber o juro. Este juro será rateado pelos donatarios na proporção da parte do valor nominal do mesmo titulo, que corresponder ao dinheiro, que se houver recebido, e applicado á compra dos mesmos titulos por conta dos donatarios.

3.º Os titulos inferiores a 50\$000 réis serão trocados por inscripções, para, na conformidade, do que fica estabelecido no paragraho antecedente, a respeito dos minimos em dinheiro serem estas inscripções igualmente averbadas a favor da fazenda, e do mesmo modo rateado o respectivo juro.

4.º Os minimos de titulos, que ficarem depois da troca, a que se refere o § 3.º, serão reunidos ás quantias na mesma especie, que posteriormente se receberem, para terem a applicação declarada no referido paragraho.

5.º O dinheiro e os titulos, que não poderem ter o destino, que fica determinado, serão considerados pertencentes ao thesouro; ficando o mesmo thesouro obrigado a pagar aos respectivos donatarios o competente juro, o qual será calculado a 3 por cento sobre a importância dos titulos, e a respeito do dinheiro na razão do preço que tiverem no mercado as inscripções, quando se fizer a liquidação.

6.º A thesouraria dará conhecimento á direcção geral dos proprios nacionaes das transacções, que effectuar nos casos, que ficam especificados, a fim de poder a mesma direcção processar semestralmente as folhas dos juros, que devam ser pagos, em virtude de ordens, que deverá passar a direcção geral da contabilidade; e a direcção geral dos proprios nacionaes participará á thesouraria o fallecimento dos donatarios interessados nos sobreditos titulos, para n'estes se exararem as verbas necessarias, para os effectos do artigo 11.º das instrucções de 31 de maio de 1859, expedidas para execução da carta de lei de 16 de abril do mesmo anno (Diario n.º 96).

Paço, 15 de março de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

REPARTIÇÃO CENTRAL

Ill.º e ex.º sr.—Tenho a honra de elevar á presença de v. ex.º o relatório, que me foi dirigido pelo tenente Francisco Antonio da Silva Neves, inspector dos pesos e medidas do districto da Guarda.

Este relatório confirma o que tenho exposto a v. ex.º, e demonstra a necessidade urgente da organização definitiva do serviço de aferições, para que os povos não sejam victimas de uma reprehensivel especulação.

Deos guarde a v. ex.º Inspecção geral dos pesos e medidas do reino, 16 de fevereiro de 1860. —Ill.º e ex.º sr. Antonio de Serpa Pimentel, ministro das obras publicas, commercio e industria. —O inspector geral interino, Joaquim Henriques Frades da Silveira.

Ill.º e ex.º sr.—Tendo concluido as comparações das medidas antigas d'este districto, com os padrões do novo systema metrico-decimal, vou fazer a v. ex.º o relatório d'estes trabalhos, como me é incumbido nas instrucções que para este effecto recebi.

Chegando a esta cidade no dia 20 de setembro ultimo, foi o meu primeiro cuidado dispor as cousas para fazer as comparações em todo o districto no mais curto espaço de tempo possível, e para este

fim dirigi logo as competentes requisições ao ex.º governador civil.

Em seguida cuidei em mandar a todas as camaras municipaes os novos padrões, que para ellas trazia destinados, o que effectuei, pelo modo, e com a economia para a fazenda publica, de que já dei conhecimento a v. ex.º, e no dia 7 de outubro, saí a fazer aquelle serviço em sete concelhos.

Recolhi a esta terra em 23 do dito mez; no dia 31 do mesmo, e em 2 de novembro corrente, fiz o mesmo n'este concelho; e no dia immediato saí a faz-lo nos restantes seis concelhos do districto, demorando-me até 19, em que aqui novamente recolhi, deixando o serviço feito em todos elles.

Apesar de estar mais que provada, pelo que se tem encontrado nos outros districtos, a grande desordem em que por todo o paiz se achavam os pesos e medidas, não posso assim mesmo dispensar-me de dizer a v. ex.º alguma cousa sobre o que encontrei n'este, que, a meu ver, excede a todos os outros n'essa deploravel desordem.

Achei nos quatorze concelhos, de que elle se compõe, trinta e oito diferentes padrões de medidas geraes, e quatorze de medidas especiaes; e n'um só d'elles, no de Ceia, doze d'aquellas e nove d'estas; resultando de tão grande diversidade de padrões, não poder commerciar com vantagem, principalmente em cereaes, vinhos, e outros liquidos, senão o pequeno numero de pessoas, que sabe com exactidão a differença de uns para os outros, e soffrendo a maior parte da população continuados e muitas vezes grandes prejuizos nas suas compras e vendas.

Entre muitos factos dos que provam o que deixo dito, que eu observei, limitar-me-hei a citar o seguinte, para não tornar este relatório demasiadamente longo.

Se qualquer proprietario leva os seus generos para vender a algum dos mercados que se fazem n'este districto, é-lhe em geral preciso levar umas poucas de medidas diferentes, e vender por diferentes preços, segundo a capacidade d'ellas, conforme os compradores preferem comprar por uma ou por outra, por aquella que melhor conhecem: e se acaso o vendedor, ou por não se entender com ellas, ou por outro qualquer motivo, não apresenta todas as medidas por que os compradores lhe querem comprar os seus generos, succede muitas vezes não os vender, e ter de voltar com elles para sua casa.

Achei poucos padrões antigos, e esses poucos, muito deteriorados; sendo em geral preciso comparar as copias d'elles; copias certamente imperfeitas, e alem d'isso incompletas pelo pouco cuidado que tem havido na sua guarda e conservação.

Achei que em geral as auctoridades a quem compete fiscalisar que todas as medidas, que devem ser afferidas, o sejam, por motivos que ignoro, ou que não vem para aqui enumerar, pouco ou nenhum caso fazem de cumprir este seu dever, resultando d'isto que só affere quem quer, e que portanto, alem de outros muitos inconvenientes, o producto da taxa das aferições fica muito áquem do que deveria ser.

Achei poucos pesos iguaes ao que deveriam ser, comparados com os dos padrões de Lisboa, tendo a quasi totalidade d'elles para menos, e alguns, ainda que poucos, tambem para mais.

Em alguns padrões não existe a devida relação, apparecendo por exemplo um meio alqueire, que cheio duas vezes, dá muito mais ou muito menos do que o alqueire; uma quarta que, cheia quatro vezes, dá tambem muito mais ou muito menos do que o mesmo alqueire; um quartillo, cuja capacidade, multiplicada pelo numero de quartillos que tem o almude, dá muito mais ou muito menos do que o mesmo almude; meia arroba cujo peso, multiplicado por dois, dá muito mais ou muito menos do que a arroba; um arratel cujo peso, multiplicado por dezesseis, dá muito mais ou muito menos do que a meia arroba, etc.; como se pôde ver pelo mappa das comparações, que acompanha este relatório; devido isto a estarem os mesmos padrões entregues a homens inhábiles, e em geral pouco conscienciosos, como são quasi todos os afferidores dos concelhos.

As camaras municipaes não encaram este ramo de serviço, até agora da sua competencia, pelo lado por que o deviam encarar. Em vez de verem n'elle um objecto de summa transcendencia e de grande interesse publico, e de o tratarem com cuidado e zelo que a sua importância requer, não vêm em geral senão uma fonte de receita; põem em praça o direito de afferir; conferem-n'o áquelles homens que lhe offerecem por elle mais 5 réis, sem se importarem com a sua aptidão nem com a sua moralidade, e entregam-lhes os padrões, deixando-os em plena liberdade, para fazerem o que quizerem; com tanto que no fim do anno lhes apresentem o preço da arrematação.

Estes homens cujo fim é sómente arranjar a somma que têm de pagar, e alem d'ella o mais que podem para elles, á custa do menor trabalho da sua parte, põem as mais das vezes a marca de afferição nas medidas sem as conferir, e em muitos casos até a isso se poupam, contentando-se em receber das partes a importância das afferições das medidas, que são obrigados a afferir, sem l'has conferirem nem marcarem como alguns declararam diante de mim.

Em alguns concelhos, como Aguiar da Beira, Ceia, Manteigas, e Villa Nova de Fozcoã, não tem sido arrematado o direito de afferir, nos ultimos annos, por não ter havido quem offereça por elle nem 5 réis quando vá a praça, pela perspectiva de lucro pouco lisonjeira, que tal negocio ali offerece, em consequencia do desueto de que já fallei, que tem havido em não abrigar a afferir todas as medidas que devem ser afferidas. N'estes concelhos nomeiam as camaras para afferir qualquer individuo, concedendo-lhe o producto das taxas das afferições como recompensa do seu trabalho; e estes individuos, com quanto estejam em melhores condições do que os que arrematam, e pagam o direito de afferir, nem por isso se conduzem melhor do que elles.

Em todos os concelhos as camaras têm sobrecargado o vinho vendido por miúdo com um tributo indirecto, 1 ou 2 réis por quartillo, e em alguns tambem a aguardente e o azeite, na razão de 5 réis por quartillo; e consentido que os vendedores, para tirarem com que pagar este tributo, em alguns concelhos tirem da medida, depois de cheia, uma par-

te do liquido, servindo-se de um pequeno balde, n'outros collocam no fundo das medidas um certo volume fixo; e na maior parte d'elles, cortem as medidas, chegando em alguns o desleixo a tanto, que até os proprios padrões cortaram, custando muito a achar copias que não estivessem cortadas, para serem comparadas.

Achei pois tudo isto em tão lastimoso estado como deixo dito, que ainda não é tudo o que poderia dizer, mas que me parece bastante para o fim que me propuz.

Passando agora aos pontos que me cumpre tratar, direi a v. ex.º o seguinte:

Que apenas em dois concelhos se affere uma só vez por anno, no mez de janeiro; em todos os outros se affere duas vezes, ou, para me expressar com mais clareza, se affere em janeiro, e se confere em junho.

Que a taxa, marcada pelas camaras para as partes pagarem pelas afferições, não é igual em todos os concelhos, mas regula entre 20 e 80 réis por peça, tanto na afferição em janeiro, como na conferencia em junho; havendo alem disto na maior parte dos concelhos a obrigação de tirar na secretaria da camara uma certidão de ter afferido ou conferido, pagando por ella outro tanto como pela afferição ou conferencia de uma peça, tambem entre 20 e 80 réis.

Que em nenhum concelho achei nenhuma medida linear em uso, de que não houvesse padrão ou copia d'elle para ser comparada.

Que não achei nenhuma unidade exacta adoptada para a medição das superficies, havendo apenas, como já levei ao conhecimento de v. ex.º, o costume de expressar a área de qualquer propriedade, em alguns concelhos, por geiras de terra, n'outros por alqueires de sementeira, e n'outros por geiras de cava, quando se trata de vinha; entendendo-se por uma geira de terra o terreno que uma junta de bois lavra n'um dia; mas, declarando em geral, se a geira é de decrú ou de sementeira, por ser esta maior de que aquella: por um alqueire de sementeira, o terreno que leva a semente um alqueire de centeio; e por uma geira de cava, a terra plantada de vinha, que um homem pôde cavar n'um dia.

Que quando se trata de emprasamentos, e tambem em certos pleitos, costumam em todos os concelhos medir os lados da propriedade, declarando as varas que tem cada um entre cada um dos quatro pontos cardeaes, declarando com quem confronta por cada lado, collocando marcos de pedra em todos os pontos em que o lado muda de direcção; e, quando qualquer lado entre dois pontos cardeaes seguidos, em vez de seguir em linha recta, se desvia visivelmente d'ella, para fóra ou para dentro, fazendo d'isso menção, e collocando tambem marcos de pedra em todos os sitios em que aquellos desvios se manifestam; tudo isto com maior ou menor perfeição e clareza, conforme a capacidade das pessoas que medem; que quando se trata de desemprasamentos são os proprios contratantes, ou louvados por elles escolhidos, e quando se trata de pleitos, são louvados escolhidos pelas partes, e pelo juiz da causa, não preferindo uns e outros servir-se dos louvados dos concelhos, que ainda ha em algumas partes, e que são nomeados e ajuramentados annualmente pelas camaras.

Que como quanto em alguns concelhos falem em pipas, quando querem expressar a quantidade de vinho ou de azeite, que qualquer proprietario colhe, e mesmo em certos pontos ainda, que poucos, e só proximo do Douro, quando contrafiam alguma venda avultada de algum d'aquelles liquidos, ou de aguardente; e em outros falem em moios ou fanegas, quando querem dizer o que a um ou outro lavrador produziu a sua seara; não usam contudo para os liquidos de maior medida do que o meio almude, e para baixo d'ella, em alguns concelhos, tambem de cantaro, de um terço de almude, e em todos do quartão do almude, da quarta, do meio almude, da meia canada, do quartillo, do meio quartillo, e do quarto de quartillo; e para os secos, de medida maior do que o alqueire, e para baixo desta, do meio alqueire, da quarta e do oitavo.

Que em alguns concelhos, como adiante se verá, e como se vê no mappa das comparações, medem a castanha, as batatas, as nozes, a bolota, o azeite, e a sola, por miúdo, por medidas especiaes, sendo a que serve para medir os primeiros quatro d'estes generos sempre de cogolo; e que as balanças adoptadas em geral por todo o districto são de braços iguaes, havendo apenas em alguns concelhos uma ou outra romana para as grandes pesagens.

Que em quasi todos os concelhos as camaras têm um certo numero de alqueires, e de medidas menores do que este, para secos; de quartillos e meios quartillos; e de balanças e pesos para alugarem ás pessoas que vem de fóra vender generos aos seus concelhos, mediante uma certa taxa, que, conforme os concelhos, regula de 20 a 80 réis por carga de cereaes, ou de 5 a 10 réis por alqueire dos mesmos, medidos por aquellas medidas, e de 30 réis por uns poucos de pesos e balança, até um arratel do genero que pesam, ou ao seu valor em dinheiro; tendo a maior parte das camaras dado de arrematação este rendimento, e aproveitando-se d'elle nos concelhos, onde não ha quem o arremate, os homens em cujo poder as camaras depositam aquellas medidas e pesos para os fornecer a quem os pedir, que são de ordinario os mesmos que se acham em carregados da afferição. Em alguns concelhos, nas freguezias fóra das respectivas capitães, são as juntas de parochia quem tem as medidas, pesos e balanças, á sua custa, para alugar a quem ali vae vender, sendo para ellas o producto dos alugueres; e em algumas partes, são as confrarias do Santissimo Sacramento, ou as das Almas, quem tem esse privilegio.

Que fui informado em quasi todos os concelhos, de ter havido n'elles padrões de cobre para as medidas de capacidade, tanto de secos como de liquidos, dos quaes porém uns se extraviaram pela guerra peninsular, e os restantes l'hes foram poucos annos depois d'essa guerra pedidos por ordem do governo, sem que nunca l'hos restituíssem.

Eis o que a respeito do districto em geral se me offerece dizer a v. ex.º

Passando a tratar dos concelhos em particular, e em cada um d'elles, dos seus diferentes padrões, direi a v. ex.º o seguinte:

CONCELHO DE AGUIAR DA BEIRA

N'este concelho achei quatro diferentes padrões, como se vê do mappa das comparações, a saber:

1.º O do proprio antigo concelho de Aguiar da Beira, do qual me apresentaram e foram comparadas as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, com guardas nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos, de madeira, com o fundo quadrado, e sem nenhum resguardo na parte superior dos lados por onde corre a razoura.

3.ª Alqueire ou meio almude para todos os liquidos, equivalente a vinte e dois quartillos, porque o almude tem quarenta e quatro, sendo uma vasilha de lata de forma irregular.

4.ª Quartillo para todos os liquidos, sendo uma vasilha de lata de forma cylindrica.

5.ª Um marco de arroba, incompleto e mutilado, de bronze, tendo na circumferencia da capa a seguinte inscripção:

ME*MANDO*FAZERE*
DOM*EMANUEL*REI*DE*PORTUGAL*
ANO*DE*1499*

A capa d'este marco não se comparou por estar mutilada, e das outras peças tambem se não comparou da meia onça inclusivè por diante, por lhe faltarem, comparando-se, em logar d'estas peças miudas, outras correspondentes a ellas, que a camara apresentou e das quaes se serve para as afferições.

Sendo todas estas medidas comparadas, até á quarta, copias dos antigos padrões, e a quinta, o proprio antigo padrão.

2.º O da antiga villa civil de Carapito, hoje pertencente a este concelho, mas fazendo uso das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram e foram comparadas as seguintes:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, como a de Aguiar da Beira.

2.ª Alqueire para secos de madeira, com o fundo quadrado, e com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

3.ª Quartillo para todos os liquidos, sendo um vaso de lata, de forma cylindrica, com um bico.

4.ª Dois pesos, um de arratel, outro de meio arratel, feitos de latas com chumbo por dentro, e de ferro irregular.

Sendo estas medidas comparadas, copias dos antigos padrões; e sendo o almude de todos os liquidos quarenta e oito quartillos.

3.º O da antiga villa de Penna-Verde, hoje pertencente a este concelho, com mais duas das freguezias que lhe pertenciam; continuando todas a usar das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram e foram comparadas as seguintes:

1.ª Meio alqueire para secos, de madeira, com a forma pouco mais ou menos de um parallelepipedo truncado obliquamente n'uma das extremidades, aberto pela face maior, tendo na extremidade opposta á truncada uma aza para se lhe pegar, e tendo a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

2.ª Quartillo para todos os liquidos, sendo um vaso de madeira com a mesma forma que o quartillo de Carapito.

3.ª Dois pesos, um de arratel, outro de meio arratel, da mesma materia que os de Carapito, e como elles de forma irregular.

Sendo todas estas medidas comparadas, copias dos antigos padrões, e tendo o almude de todos os liquidos quarenta e quatro quartillos.

4.º O da extincta alcaidaria-mór de Villar Maior, que consta somente de alqueire para secos, que foi comparado, sendo de madeira, com a mesma forma que o meio alqueire de Penna-Verde, e que serve para por elle se pagarem diferentes fóros do Reguengo das Lezírias do Tavora, que pertenceram á dita alcaidaria-mór, e que pela sua extinção passaram para a fazenda nacional.

N'este concelho de Aguiar da Beira, não ha nenhum genero medido por medida especial; mas em todo elle se medem de cogolo as batatas, castanha e bolota, sem com tudo haver algum fóro, ou pensão permanente, de qualquer d'estes generos.

CONCELHO DE ALMEIDA

N'este concelho achei dois diferentes padrões como se vê do mappa das comparações, a saber:

1.º O do antigo concelho de Almeida, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, como a de Aguiar da Beira.

2.ª Alqueire para secos.

3.ª Meio dito para o mesmo fim.

4.ª Quarta para o mesmo fim.

5.ª Oitava para o mesmo fim.

Sendo todas estas quatro medidas, de madeira, com a mesma forma que o meio alqueire de Penna-Verde, tendo a primeira a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro, e estando as ultimas duas pegadas uma contra a outra.

6.ª Cantaro de vinte quartillos, ou de um terço de almude, para todos os liquidos menos azeite, sendo de lata, e de forma irregular.

7.ª Quartillo para todos os liquidos menos azeite.

8.ª Meio quartillo para o mesmo fim.

Sendo estas duas medidas dois vasos de lata de forma cylindrica.

9.ª Um marco de duas arrobas, de bronze, mas incompleto, mutilado, e com enxertos de ferro, tendo uma inscripção igual á do de Aguiar da Beira. A quarta de arratel, e todas as peças inferiores a duas onças, não se compararam por não existirem.

Sendo d'estas medidas comparadas, a primeira e a ultima (9.ª), os proprios antigos padrões, e todas as outras, meras copias d'elles.

O almude de todos os liquidos, menos azeite, tem sessenta quartillos, e o azeite é medido por medida especial, como adiante se verá.

4.º O da antiga villa civil de Loriga, hoje pertencente a este concelho, com uma freguezia mais que d'antes lhe era annexa, continuando porém ambas a usar das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma tosa regua de ferro, sem guardas nas cabeceiras.

2.ª Meio alqueire para secos, de madeira, com

que eram antigamente villas civis ou povoações dependentes d'estas, que para elle passaram. D'este padrão apresentaram-me sómente, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Alqueire para secos, de madeira, com o fundo quadrado, e tendo na parte superior dos lados, por onde corre a razoura, chapas de ferro.

2.ª Quartillo para todos os liquidos, sendo um vaso de lata de forma cylindrica.

Ambas estas medidas comparadas são copias dos antigos padrões, e o almude de todos os liquidos tem quarenta e oito quartillos, menos o do vinho em mosto, que tem sessenta; mas não ha fóros nem outras pensões permanentes a vinho em mosto.

Em todo este concelho de Almeida medem de cogolo as batatas, castanhas e bolota, mas não ha nenhuns fóros ou outras pensões permanentes d'estes generos, nem tambem ha nenhum genero que seja medido por medida especial.

CONCELHO DE CEIA

N'este concelho achei doze padrões de medidas geraes, e nove d'ellas especiaes, como se vê do mappa das comparações, a saber:

PADRÕES DE MEDIDAS GERAES

1.º O da antiga villa civil de Alvôco da Serra, hoje pertencentes a este concelho, com uma freguezia mais, que lhe era annexa, continuando porém a fazer uso das antigas medidas d'este padrão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes:

1.ª Vara com as competentes divisões, n'uma regua de madeira, com guardas nas cabeceiras.

2.ª Covado com as competentes divisões, n'outra regua como a antecedente, mas sem guardas.

3.ª Meio alqueire para secos, de madeira, com o fundo quadrado, e com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

4.ª Meia canada para todos os liquidos, sendo um vaso de cobre, de forma conica truncada.

5.ª Um peso de um arratel, de ferro, e forma irregular.

Sendo todas estas medidas comparadas, copias dos antigos padrões, e tendo o almude de todos os liquidos sessenta quartillos, menos o azeite, que é comprado e vendido por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartillos iguaes aos dos outros liquidos.

2.º O da antiga villa civil do Casal, hoje pertencente a este concelho, com duas freguezias mais que lhe eram annexas, continuando porém todas a fazer uso das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes:

1.ª Vara e covado com as competentes divisões, n'uma regua de ferro antiga, sem guardas nas cabeceiras.

2.ª Meio alqueire para secos, de madeira, com a mesma forma que o de Penna-Verde, e com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

3.ª Quartillo para todos os liquidos.

4.ª Meio quartillo para o mesmo fim.

Sendo dois vasos de cobre, de forma conica truncada.

5.ª Dois pesos, um de dois arrates, outro de um arratel, de ferro, e forma irregular.

Sendo todas estas medidas comparadas, copias dos antigos padrões, e tendo o almude de todos os liquidos sessenta quartillos, menos o do azeite; porque o azeite é comprado e vendido por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartillos iguaes aos dos outros liquidos.

Das medidas d'este padrão faziam tambem uso desde tempos immemoriaes diferentes povoações que nunca estiveram annexas a esta villa civil, e que hoje fazem parte de diferentes concelhos, continuando porém a pagar os seus fóros e pensões permanentes antigas por estas mesmas medidas.

3.º O do antigo concelho de Ceia, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, tendo guardas nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos.

3.ª Meio alqueire para o mesmo fim.

4.ª Quarta para o mesmo fim.

5.ª Oitava para o mesmo fim.

Sendo todas estas quatro medidas, de madeira, com a mesma forma que o meio alqueire de Penna-Verde, tendo a primeira a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro, e estando as ultimas duas pegadas uma contra a outra.

6.ª Cantaro de vinte quartillos, ou de um terço de almude, para todos os liquidos menos azeite, sendo de lata, e de forma irregular.

7.ª Quartillo para todos os liquidos menos azeite.

8.ª Meio quartillo para o mesmo fim.

Sendo estas duas medidas dois vasos de lata de forma cylindrica.

9.ª Um marco de duas arrobas, de bronze, mas incompleto, mutilado, e com enxertos de ferro, tendo uma inscripção igual á do de Aguiar da Beira. A quarta de arratel, e todas as peças inferiores a duas onças, não se compararam por não existirem.

Sendo d'estas medidas comparadas, a primeira e a ultima (9.ª), os proprios antigos padrões, e todas as outras, meras copias d'elles.

O almude de todos os liquidos, menos azeite, tem sessenta quartillos, e o azeite é medido por medida especial, como adiante se verá.

4.º O da antiga villa civil de Loriga, hoje pertencente a este concelho, com uma freguezia mais que d'antes lhe era annexa, continuando porém ambas a usar das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma tosa regua de ferro, sem guardas nas cabeceiras.

2.ª Meio alqueire para secos, de madeira, com

a mesma fôrma que o de Penna-Verde, e com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

3.ª Meia canaça própria para todos os líquidos, menos azeite, sendo um vaso de lata de fôrma cilíndrica.

4.ª Dois pesos, um de quatro arrateis, outro de um, de latão com chumbo por dentro, e de fôrma irregular.

Sendo a primeira d'estas medidas o proprio antigo padrão, e todas as outras meras copias dos antigos padrões; e tendo o almude de todos os líquidos, menos o azeite, sessenta quartilhos. O azeite é medido por medida especial, como adiante se verá.

5.ª O da antiga villa civil de Sandomil, hoje pertencente a este concelho, continuando porém a usar das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, tendo diferentes marcas hoje quasi apagadas.

2.ª Alqueire para secos, de madeira, com a mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, e com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

3.ª Cantaro, equivalente a doze quartilhos, para todos os líquidos, de lata e de fôrma irregular.

4.ª Meio quartilho para o mesmo fim.

Sendo cada uma d'estas duas ultimas medidas um vaso de lata, de fôrma cilíndrica.

6.ª Quatro pesos, de quatro arrateis, de dois, de um, e de meio, de latão com chumbo por dentro, e de fôrma irregular.

Sendo a primeira d'estas medidas o proprio antigo padrão, e as outras, meras copias dos antigos padrões, e tendo o almude de todos os líquidos, menos o azeite, sessenta quartilhos.

O azeite compra-se e vende-se aos alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos iguaes aos dos outros líquidos.

As nozes ou castanhas, e as batatas, são medidas por medida especial, como adiante se verá.

6.ª O da freguezia de S. Gão, hoje pertencente a este concelho, continuando porém a usar das antigas medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram e foram comparadas as seguintes:

1.ª Uma vara com as competentes divisões n'uma regua de ferro, sem guardas nem cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos, de madeira, com a mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, mas com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, sem resguardo algum.

3.ª Quartilho para todos os líquidos, menos azeite.

4.ª Meio quartilho para o mesmo fim.

Sendo cada uma d'estas duas ultimas medidas um vaso de lata de fôrma cilíndrica.

5.ª Quatro pesos, de quatro arrateis, de dois, de um, e de meio, de latão, com chumbo por dentro, e de fôrma irregular.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padrões, e tendo o almude de todos os líquidos, menos o azeite, sessenta quartilhos.

O azeite, as nozes, as castanhas, e as batatas, são generos medidos por medidas especiaes, como adiante se verá.

7.ª O da antiga villa civil de Santa Marinha, hoje pertencente a este concelho, continuando porém a usar das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram e foram comparadas as seguintes:

1.ª Vara e covado com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, sem guardas nas cabeceiras, tendo gravadas as eras de 1731, e 1741.

2.ª Alqueire para secos, de madeira, com a mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, mas sem resguardo algum na parte superior dos lados por onde corre a razoura.

3.ª Quartilho para todos os líquidos, menos azeite.

4.ª Meio quartilho para o mesmo fim.

Sendo cada uma d'estas duas ultimas medidas um vaso de lata de fôrma cilíndrica.

5.ª Dois pesos, um de quatro arrateis, outro de dois, de bronze, que pertenceram a um antigo marco.

Sendo a primeira e quinta d'estas medidas os proprios antigos padrões, e todas as restantes meras copias d'elles.

O almude de todos os líquidos, menos azeite, tem sessenta quartilhos. O azeite é medido por medida especial, como adiante se verá.

8.ª O da antiga villa civil de S. Romão, hoje pertencente a este concelho, continuando porém a usar das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram e foram comparadas as seguintes:

1.ª Vara e covado com as competentes divisões, n'uma regua de ferro com guarnições nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos, de madeira, com a mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, mas sem nenhum resguardo na parte superior dos lados por onde corre a razoura.

3.ª Quartilho para todos os líquidos, menos azeite.

4.ª Meio quartilho para o mesmo fim.

Sendo cada uma d'estas duas ultimas medidas um vaso de lata de fôrma cilíndrica.

5.ª Tres pesos, um de arroba, de ferro muito antigo, outro de quatro arrateis, outro de um, ambos também de ferro, mas menos antigos, e todos de fôrma irregular.

Sendo a primeira d'estas medidas o proprio antigo padrão, e todas as outras meras copias dos antigos padrões.

O almude de todos os líquidos, menos o azeite, tem sessenta quartilhos. O azeite é medido por medida especial, como adiante se verá.

9.ª O da antiga villa civil de Torrozello, hoje pertencente a este concelho, continuando porém a usar das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes:

1.ª Vara e covado com as competentes divisões, n'uma regua de madeira, sem guardas nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos, de madeira, com a mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, e guarnecido de chapas de ferro na parte superior dos lados por onde corre a razoura.

3.ª Quartilho para todos os líquidos, menos azeite, sendo um vaso de lata de fôrma cilíndrica.

4.ª Cinco pesos, de quatro arrateis até quarta, de latão, com chumbo por dentro, e de fôrma irregular.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padrões, e tendo o almude de todos os líquidos, menos azeite, sessenta quartilhos. O azeite é medido por medida especial, como adiante se verá.

10.ª O da antiga villa civil de Valerim, hoje pertencente a este concelho, continuando porém a usar das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de madeira, com guardas nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos, de madeira, com a mesma fôrma que o de Penna-Verde, e com a

parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

3.ª Quartilho para todos os líquidos, menos azeite, sendo um vaso de madeira, de fôrma conica truncada, com um bico.

4.ª Dois pesos, sendo um de dois arrateis, outro de um, de latão com chumbo por dentro, e de fôrma irregular.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padrões, e tendo o almude de todos os líquidos, menos azeite, sessenta quartilhos.

O azeite é medido por medida especial, como adiante se verá.

11.ª O da antiga villa civil da Vide, hoje pertencente a este concelho, continuando porém a usar das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes:

1.ª Vara, só com a divisão de meia vara, n'um pau tosco e torto, muito carcomido, mas antigo, e sem guardas nas cabeceiras.

2.ª Meio alqueire para secos, de madeira, da mesma fôrma que o de Penna-Verde, e sem resguardo algum na parte superior dos lados por onde corre a razoura.

3.ª Quartilho para todos os líquidos, sendo um vaso cilíndrico de lata.

4.ª Tres pesos de ferro, sendo um de oito arrateis, outro de dois, outro de um, antigos, e de fôrma irregular.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padrões, e tendo o almude de todos os líquidos, menos o azeite, sessenta quartilhos.

O azeite é comprado e vendido por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos, iguaes aos dos outros líquidos.

12.ª O da antiga villa civil de Villa Cova á Cocalheira, hoje pertencente a este concelho, continuando a usar das medidas d'este seu padrão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma tosca regua de madeira, sem guardas nas cabeceiras.

2.ª Meio alqueire para secos, de madeira, e da mesma fôrma que o de Penna-Verde, com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, sem resguardo algum.

3.ª Quartilho para todos os líquidos, menos o azeite.

4.ª Meio quartilho para o mesmo fim.

Sendo cada uma d'estas duas ultimas medidas um vaso cilíndrico de lata.

5.ª Dois pesos, um de dois arrateis, outro de meio arratel, de latão, com chumbo por dentro, e de fôrma irregular.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padrões, e tendo o almude de todos os líquidos, menos o azeite, sessenta quartilhos.

O azeite é medido por medida especial, como adiante se verá.

PADRÕES DE MEDIDAS ESPECIAES

1.ª O do antigo concelho de Ceia, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Panella, equivalente a doze quartilhos, ou á metade do alqueire, de lata, e de fôrma irregular.

2.ª Meio quartilho, de lata, da fôrma cilíndrica.

Sendo ambas estas medidas copias dos antigos padrões, e servindo exclusivamente para azeite, que é vendido e comprado por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos.

2.ª O da antiga villa civil de Loriga, do qual me apresentaram, e foi comparada, a seguinte medida:

Meio quartilho, de lata, de fôrma cilíndrica.

Sendo esta medida copia dos antigos padrões, e servindo exclusivamente para azeite, que é vendido e comprado por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos.

3.ª O da antiga villa civil de Sandomil, do qual só me apresentaram e foi comparada a seguinte medida:

Meio cubo, que serve para medir nozes, castanhas e batatas, de madeira, com o fundo quadrado. Esta medida é sempre cogulada, e assim foi comparada.

4.ª O da freguezia de S. Gão, do qual só me apresentaram e foram comparadas as seguintes medidas:

1.ª Meio cubo, que serve para o mesmo fim que o de Sandomil, que tem a mesma fôrma que elle, e que, como elle, foi comparado de cogulo.

2.ª Quartilho.

3.ª Meio dito.

Sendo as duas ultimas medidas de lata, e de fôrma cilíndrica.

Todas estas tres medidas são cópias dos antigos padrões, e as duas ultimas servem exclusivamente para azeite, que é vendido e comprado por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos.

5.ª O da antiga villa civil de Santa Marinha, do qual só me apresentaram e foram comparadas as seguintes medidas:

1.ª Quartilho.

2.ª Meio dito.

Sendo ambas estas medidas de lata, e de fôrma cilíndrica.

Ambas estas medidas são copias dos antigos padrões, e servem exclusivamente para azeite, que é comprado e vendido aos alqueires, tendo cada alqueire vinte e quatro quartilhos.

6.ª O da antiga villa civil de S. Romão, do qual só me apresentaram e foram comparadas as seguintes medidas:

1.ª Quartilho.

2.ª Meio dito.

Sendo cada uma d'estas medidas um vaso de lata, com fôrma cilíndrica.

Estas medidas servem exclusivamente para azeite, que é vendido e comprado por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos; e ambas ellas são copias dos antigos padrões.

7.ª O da antiga villa civil de Torrozello, do qual só me apresentaram e foi comparada a seguinte medida:

Quartilho, sendo um vaso de lata, de fôrma cilíndrica.

Esta medida é copia do antigo padrão, e serve exclusivamente para azeite, que é vendido e comprado por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos.

8.ª O da antiga villa civil de Vallezin, do qual só me apresentaram e foi comparada a seguinte medida:

Meio quartilho, de lata, e fôrma cilíndrica.

Sendo esta medida do antigo padrão, e servindo exclusivamente para azeite, que é comprado e vendido por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos.

9.ª O da antiga villa civil de Villa Cova á Cocalheira, do qual só me apresentaram e foram comparadas as seguintes medidas:

1.ª Quartilho.

2.ª Meio dito.

Ambas de lata, e fôrma cilíndrica.

Sendo estas medidas copias dos antigos padrões, e servindo exclusivamente para azeite, que é vendido e comprado por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos.

Em todo este concelho de Ceia medem de cogulo as batatas, a castanha, a bolota e as nozes, servindo-se n'algumas partes, como fica declarado, da medida especial chamada cubo, para as medir, e medindo-as nas outras partes pela medida commun, o alqueire. Não ha, porém, fôros nem outras pensões permanentes de similhantes generos.

CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA

A este concelho acham-se reunidas quasi todas as freguezias que compunham o extinto concelho de Linhares, ás quaes a camara, logo que teve logar a annexação, obrigou a afeirar as suas medidas pelas de Celorico, mas raras vezes se servem das medidas assim afeiradas, preferindo as do seu extinto concelho, pelas quaes pagam os fôros e outras pensões antigas.

Achei n'elles dois diferentes padrões, como se vê do mappa, a saber:

1.ª O de Celorico da Beira, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado com as competentes divisões, n'uma regua de ferro antiga, mas sem guardas nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos.

3.ª Meio alqueire para o mesmo fim.

4.ª Quarta para o mesmo fim.

5.ª Oitava para o mesmo fim.

Sendo estas quatro medidas de madeira, com a mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, tendo a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro; e estando as duas ultimas pedregadas uma contra a outra.

6.ª Alqueire para todos os líquidos, ou meio almude, e equivalente a vinte e quatro quartilhos, de cobre e fôrma irregular.

7.ª Quartilho para o mesmo fim.

8.ª Meio quartilho para o mesmo fim.

Sendo estas duas medidas um vaso cilíndrico de cobre, tendo de um lado o quartilho, do outro o meio.

9.ª Um marco de duas arrobas incompleto de bronze, tendo uma inscrição igual á do de Aguiar da Beira. Não se compararam as peças d'elle, inferiores ao meio arratel, por lhe faltarem.

Sendo a primeira e a nona d'estas medidas os proprios antigos padrões, e as outras meras copias d'elles, e tendo o almude de todos os líquidos quarenta e oito quartilhos iguaes.

2.ª O do extinto concelho de Linhares, do qual só me apresentaram e foram comparadas as seguintes medidas:

1.ª Alqueire para secos, de madeira, e da mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

2.ª Quartilho para todos os líquidos, sendo um vaso de lata, e de fôrma cilíndrica.

Ambas estas medidas são copias dos antigos padrões, e o almude de todos os líquidos tem quarenta e oito quartilhos iguaes.

Em todo o actual concelho de Celorico da Beira medem de cogulo, mas pela medida commun, o alqueire, a castanha, as batatas, a cevada e as nozes; mas não ha fôros nem outras pensões permanentes a nenhum d'estes generos. E quando vendem batatas ou castanhas, enchem duas vezes o alqueire, se lhes pedem um alqueire, e uma só se lhes pedem uma raza, mas em ambos os casos de cogulo, e por diferente preço.

CONCELHO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Neste concelho não achei senão um padrão, do qual me apresentaram e foram comparadas as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, com guardas nas cabeceiras, e tendo diferentes eras gravadas, sendo a mais antiga 1744.

2.ª Alqueire para secos, de cobre, cilíndrico, tendo 0m,35 de diametro, e 0m,153 de altura, com diferentes eras gravadas, sendo a mais antiga 1818, e achando-se um tanto amolgado.

3.ª Cantaro ou meio almude, equivalente a vinte e quatro quartilhos, de lata e fôrma irregular.

4.ª Quartilho para todos os líquidos.

5.ª Meio dito para o mesmo fim.

Sendo cada uma d'estas duas ultimas medidas um vaso de cobre de fôrma irregular.

6.ª Sete pesos, desde oito arrateis até duas onças, de latão com chumbo por dentro, e fôrma irregular.

Sendo d'estas medidas as n.ªs 1, 2 e 6, copias dos antigos padrões, e as outras, os proprios antigos padrões, e tendo o almude de todos os líquidos quarenta e oito quartilhos iguaes.

Tambem em todo este concelho medem de cogulo, mas pela medida commun, o alqueire, as batatas, a castanha e a bolota; mas d'estes generos não ha fôros, nem outras pensões permanentes.

CONCELHO DE FORNOS DE ALGODRES

A este concelho acham-se reunidas as antigas villas de Algodres e Figueiró da Granja, com diferentes freguezias que lhes eram annexas. Ambas estas villas tinham as suas antigas medidas, mas a camara obrigou-as, assim que teve logar a annexação, a acerta-las e afeirar-las pelas de Fornos de Algodres. Raras vezes, porém, se servem allas medidas por tal fôrma acertadas, preferindo as suas antigas, pelas quaes, em todo o caso, têm os fôros e outras pensões antigas. Ha n'elles, pois, tres diferentes padrões, como se vê do mappa, a saber:

1.ª O da antiga villa de Algodres, do qual só me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Alqueire para secos, de madeira, com a mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, e com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

2.ª Cantaro, ou meio almude, para todos os líquidos, equivalente a vinte e dois quartilhos, de lata, e fôrma cilíndrica.

3.ª Quartilho para todos os líquidos, da mesma materia e fôrma.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padrões, e tendo o almude quarenta e quatro quartilhos.

2.ª O da antiga villa civil de Figueiró da Granja, do qual só me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Alqueire para secos, de madeira, da mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, e sem resguardo algum na parte superior dos lados por onde corre a razoura.

2.ª Quartilho para todos os líquidos, de lata e fôrma cilíndrica.

Sendo ambas estas medidas copias dos antigos padrões, e tendo o almude quarenta e oito quartilhos.

3.ª O de Fornos de Algodres, do qual me apre-

sentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de madeira, com guardas nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos, de madeira, com a mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, e com a parte superior dos lados por onde corre a razoura guarnecida de chapas de ferro.

3.ª Cantaro ou meio almude, equivalente a vinte e dois quartilhos, de lata e fôrma cilíndrica.

4.ª Quartilho para todos os líquidos.

5.ª Meio quartilho para o mesmo fim.

Sendo cada uma d'estas duas ultimas medidas um vaso de cobre, de fôrma conica truncada.

6.ª Um peso de oito arrateis de latão, com chumbo por dentro, e fôrma irregular.

7.ª Um marco de quatro arrateis, moderno, de latão, do qual se compararam as peças até ás duas onças.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padrões, e tendo o almude quarenta e quatro quartilhos.

Em todo este concelho de Fornos de Algodres medem de cogulo, mas pela medida commun, o alqueire, a castanha, as batatas e cevada; porém não ha fôros, nem outras pensões permanentes, a estes generos.

CONCELHO DE GOUVEIA

A este concelho acham-se reunidas algumas freguezias vindas de outros, que foram extintos, ás quaes a camara obrigou a servir-se das suas medidas; mas os fôros antigos pagam-se pelas dos seus antigos e extintos concelhos.

Achei n'elles dois diferentes padrões de medidas geraes, e um d'ellas especiaes, como consta do mappa das comparações, a saber:

1.ª O do concelho de Gouveia, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, feita em 1843, com guardas nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos, de madeira, com a mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

3.ª Quarta para todos os líquidos, menos azeite, equivalente a quinze quartilhos, de lata e fôrma irregular.

4.ª Quartilho para o mesmo fim.

5.ª Meio dito para o mesmo fim.

Sendo cada uma d'estas duas ultimas medidas um vaso de lata, de fôrma cilíndrica.

6.ª Um marco de duas arrobas, quebrado e incompleto, de bronze, com uma inscrição idêntica á do de Aguiar da Beira. D'este marco só se compararam as peças desde arroba até quarta de arratel, por lhe faltarem algumas das outras, e por estar o resto incapaz de ser comparado.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padrões, menos a ultima, que é o proprio antigo padrão, e tendo o almude de todos os líquidos sessenta quartilhos, menos o do azeite, que é só de quarenta e oito, e mais pequenos, como adiante se verá.

2.ª O da tulha do ex.º conde de Mello, situada na villa de Mello, d'este concelho de Gouveia, que não consta senão do alqueire para secos, que foi comparado, que serve somente para por elle se receberem diferentes fôros que o mesmo sr. conde tem na serra de Polgoso, d'este mesmo concelho, e que é de madeira, tendo a mesma fôrma que o meio alqueire de Penna-Verde, e tendo também a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

3.ª O das medidas especiaes para azeite, do qual só me apresentaram e foram comparadas as seguintes:

1.ª Quarta do almude, equivalente a doze quartilhos, de lata e fôrma irregular.

2.ª Quartilho.

3.ª Meio dito.

Sendo estas duas ultimas medidas cilíndricas, e de lata.

E sendo todas as tres comparadas copias dos antigos padrões.

Neste concelho de Gouveia medem também de cogulo, mas pela medida commun, o alqueire, a castanha, as batatas e as nozes, mas não ha fôros nem pensões pagos n'estes generos.

CONCELHO DA GUARDA

A este concelho acham-se reunidos os dois extintos concelhos de Jarmello, e de Valhelhas, com excepção d'algumas, ainda que poucas, das freguezias que lhes pertenciam. A camara, logo que teve logar a annexação, obrigou-os a afeirar e acertar as suas medidas pelas da Guarda, mas raras vezes se servem das medidas assim afeiradas e acertadas, preferindo servir-se das suas antigas, pelas quaes em todo o caso pagam os fôros antigos.

Achei n'elles quatro padrões de medidas geraes, e tres d'ellas especiaes, como consta do mappa das comparações, a saber:

PADRÕES DE MEDIDAS GERAES

1.ª O do antigo concelho da Guarda, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, com guardas n'uma só das cabeceiras.

CONCELHO DA MÉDA

A villa da Méda viveu até 1834 só sobre si, tendo as suas medidas. Depois d'aquelle anno formou-se o concelho de que ella tem sido e é capital; e a este tem sido reunidas diferentes villas ciliaes, com as freguezias que lhes pertenciam, tendo todas porém medidas iguaes ás da Méda, menos uma, a de Banhadas. Esta mesma foi depois da annexação obrigada pela camara a servir-se das medidas da capital do concelho, e por ellas se serve effectivamente, mesmo para pagar os fôros e pensões antigas, pois que a differença entre as duas medidas era muito pequena.

Por este motivo, e porque a camara não apresentou, nem padões, nem copias, d'esta villa civil, não se compararam.

Achei pois n'este concelho um só padão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, com guardas nas cabeceiras, tendo diferentes eras gravadas, sendo a mais antiga 1734.

2.ª Alqueire para secos.

3.ª Meio alqueire para o mesmo fim.

Os dois ultimos de madeira, com a mesma forma que o meio alqueire de Penna-Verde, com a parte superior dos lados por onde corre a razoura guarnecida de chapas de ferro.

4.ª Quarta para o mesmo fim.

5.ª Oitava para o mesmo fim.

Ambas da mesma forma e materia que as antecedentes, mas sem resguardo algum na parte superior dos lados por onde corre a razoura, e pregadas uma contra a outra.

6.ª Cantaro, alqueire ou meio almude, de lata e forma irregular.

7.ª Quartilho de lata e forma cylindrica.

8.ª Quatro pesos, de oito arrateis, de quatro, de dois, de um, de latão, com chumbo por dentro, e de forma irregular.

Sendo a primeira d'estas medidas o proprio antigo padão, e todas as outras meras copias d'elles, e tendo o almude de todos os liquidos quarenta e oito quartilhos iguaes, menos o do vinho em mosto, que tem cincoenta e dois, mas não ha fôros nem pensões permanentes a vinho em mosto. O azeite vende-se aos alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos iguaes aos dos outros liquidos.

Em todo este concelho se medem de cogulo, mas pela medida commun, o alqueire, a castanha e as batatas, mas não ha fôros ou pensões pagas n'estes generos.

CONCELHO DE PINHEL

A este concelho acham-se reunidas todas as freguezias que compunham o extinto concelho de Alverca, e uma do extinto concelho de Jarmello, as quaes a camara obrigou, assim que teve logar a annexação, a acertar e afeitar as suas medidas pelas de Pinhel, mas raras vezes se servem das medidas assim afeitas, preferindo as dos seus extinctos concelhos, pelas quaes em todo o caso pagam os fôros antigos. Achei n'elle dois padões, como se vê do mappa das comparações, a saber:

1.º O do extinto concelho de Alverca, do qual me apresentaram e foram comparadas as seguintes medidas:

1.ª Alqueire para secos.

2.ª Meio alqueire para o mesmo fim.

Ambas de madeira, com a forma do meio alqueire de Penna-Verde, e com a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

3.ª Cantaro, alqueire, ou meio almude, para todos os liquidos, de madeira e forma irregular, com um bico.

4.ª Quartão para o mesmo fim, equivalente a doze quartilhos, da mesma materia e forma que a antecedente.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padões, e tendo o almude de todos os liquidos quarenta e oito quartilhos, menos o do vinho em mosto, que tem cincoenta; mas não ha fôros nem pensões permanentes pagas a vinho em mosto.

O azeite vende-se aos alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos, iguaes aos dos outros liquidos.

2.º O antigo concelho de Pinhel, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, com guardas nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos.

3.ª Quarta para o mesmo fim.

4.ª Oitava para o mesmo fim.

Estas tres ultimas medidas são de madeira com o fundo quadrado; as duas primeiras com chapas de ferro na parte superior dos lados por onde corre a razoura; as duas ultimas sem resguardo algum n'este sitio, e pegadas uma contra a outra.

5.ª Meio almude, ou alqueire, de lata e forma irregular.

6.ª Quartilho.

7.ª Meio quartilho.

Estas duas ultimas medidas são de lata e forma irregular.

8.ª Um marco de quatro arrateis, de bronze, do qual foram comparadas todas as peças até á oitava.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padões, e tendo o almude de todos os liquidos quarenta e oito quartilhos, menos o do vinho em mosto, que tem cincoenta; mas não ha fôros nem pensões permanentes a vinho em mosto. O azeite vende-se por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos iguaes aos dos outros liquidos.

Em todo o actual concelho de Pinhel se medem de cogulo, mas pela medida commun, o alqueire, as batatas, a castanha e a bolota; mas não ha fôros ou pensões permanentes pagas n'este genero.

CONCELHO DE SABUGAL

A este concelho acham-se reunidos os extinctos concelhos de Alfaiates, Castello Mendo, Sordella e Villar Maior, que todos tinham medidas iguaes ás do Sabugal. Trata-se porém de obter a reconstrução de alguns d'elles; o que julguei conveniente declarar aqui, por me parecer que convirá pôr alguma nota nas tabelas para poderem servir para aquelles dos referidos concelhos, que por ventura venham a ser reconstruidos.

Achei n'elle um só padão, do qual me apresentaram, e foram comparadas, as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, com guardas nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos.

3.ª Meio alqueire para o mesmo fim.

4.ª Quarta para o mesmo fim.

5.ª Oitava para o mesmo fim.

Estas quatro ultimas medidas são de madeira, da mesma forma que o meio alqueire de Penna-Verde, tendo a primeira a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro, não tendo as outras nenhum resguardo n'este sitio, e estando as duas ultimas pegadas uma contra a outra.

6.ª Alqueire, cantaro, ou meio almude, de lata e forma irregular.

7.ª Quarta para todos os liquidos, equivalente a seis quartilhos.

8.ª Quartilho para o mesmo fim.

As duas ultimas de lata e forma cylindrica. Um marco de arroba, de bronze, incompleto, com uma inscricao na circumferencia da capa, igual á do Aguiar da Beira. D'este marco só se poderam comparar as peças desde oitenta até quarta de arratel, por lhe faltarem as outras, ou estarem mutiladas.

Sendo a primeira e a ultima d'estas medidas os proprios antigos padões, e todas as outras meras copias d'elles; e tendo o almude de todos os liquidos quarenta e oito quartilhos, menos o do vinho em mosto que tem cincoenta, mas não ha fôros nem pensões permanentes pagas a vinho em mosto. O azeite vende-se por alqueires, tendo o alqueire vinte e quatro quartilhos iguaes aos dos outros liquidos.

Em todo o actual concelho do Sabugal medem tambem de cogulo, mas pela medida commun, o alqueire, as batatas, a castanha, e a bolota, mas não ha fôros ou pensões permanentes pagas n'estes generos.

CONCELHO DE TRANCOSO

N'este concelho achei dois padões, como se vê do mappa das comparações, a saber:

1.º O de uso geral do mesmo concelho, do qual me apresentaram e foram comparadas as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, com guardas nas cabeceiras.

2.ª Alqueire para secos, de madeira, da mesma forma que o meio alqueire de Penna-Verde, e com chapas de ferro na parte superior dos lados, por onde corre a razoura.

3.ª Alqueire, cantaro, ou meio almude, de lata e forma irregular.

4.ª Quartilho.

5.ª Meio dito.

Estas ultimas duas medidas são de lata e forma cylindrica.

6.ª Um marco de duas arrobas, de bronze, feito no anno de 1823, com esta era gravada na parte superior da caixa, e com a seguinte inscricao na circumferencia da mesma caixa:

* CAMARA * MUNICIPAL * DE TRANCOSO *

D'este marco compararam-se todas as peças, desde uma arroba até meia oitava.

Sendo todas estas medidas copias dos antigos padões, tendo o almude de todos os liquidos quarenta e oito quartilhos iguaes, menos o do vinho em mosto, que tem sessenta; mas não ha fôros nem pensões permanentes pagas em vinho em mosto.

2.º O da medida chamada a velha, que consta sómente de alqueire para secos, que foi comparado, pelo qual muita gente supõe ter direito a receber certos fôros antigos.

Este alqueire é de madeira, tem o fundo quadrado, e a parte superior dos lados, por onde corre a razoura, guarnecida de chapas de ferro.

Em todo o concelho de Trancoso medem de cogulo, mas pela medida commun, o alqueire, as batatas e a castanha, mas não ha fôros nem pensões permanentes pagas n'estes generos.

CONCELHO DE VILLA NOVA DE FOSCÔA

A este concelho acham-se reunidos os extinctos concelhos de Almendra, Freixo de Nômão, e Marialva, menos algumas freguezias dos mesmos que passaram para outros concelhos. Todos elles tinham medidas iguaes ás do de Villa Nova de Foscôa, e como se trata de obter a reconstrução de alguns d'elles, julguei fazer aqui menção d'isto, porque talvez seja conveniente pôr alguma declaração nas tabelas, para que possam servir para algum dos mesmos concelhos que porventura venha a ser reconstruido.

Achei n'elle só um padão, como se vê do mappa das comparações, do qual me apresentaram e foram comparadas as seguintes medidas:

1.ª Vara e covado, com as competentes divisões, n'uma regua de ferro, com guardas nas cabeceiras, e tendo diferentes eras gravadas, sendo a mais antiga 1744.

2.ª Alqueire para secos.

3.ª Meio alqueire para o mesmo fim.

4.ª Quarta para o mesmo fim.

5.ª Oitava para o mesmo fim.

As quatro ultimas medidas de madeira, com a mesma forma que o meio alqueire de Penna-Verde, com chapas de ferro na parte superior dos lados por onde corre a razoura, e estando as duas ultimas pegadas uma contra a outra.

6.ª Cantaro ou meio almude, de cobre e forma irregular.

7.ª Quartilho para todos os liquidos.

8.ª Meio dito para o mesmo fim.

As duas ultimas de lata e forma cylindrica.

9.ª Cinco pesos, de oito, quatro, dois e um arratel, de latão com chumbo por dentro, de forma irregular.

10.ª Um marco de quarta de arratel de latão, incompleto, do qual se compararam as peças desde duas onças até meia oitava.

Sendo a 1.ª e 6.ª d'estas medidas os proprios antigos padões, e todas as outras meras copias d'elles. O almude de todos os liquidos tem quarenta e oito quartilhos iguaes, menos o do vinho em mosto, que tem cincoenta no antigo concelho de Villa Nova de Foscôa e no extinto de Freixo de Nômão, e sessenta nos extinctos de Almendra e Marialva, mas não ha fôros nem pensões permanentes pagas em vinho em mosto.

Em todo este concelho medem de cogulo, mas pela medida commun, o alqueire, as batatas, a castanha, os figos e a azeitona, generos porém de que não ha nem fôros, nem pensões permanentes.

Dando aqui por acabado o que tinha a dizer a v. ex.ª sobre cada um dos concelhos em particular, só me resta, para concluir este meu relatório, acrescentar o seguinte:

Que a comparação das medidas de capacidade foi repetida algumas vezes, tomando-se a media d'esses resultados parciais; e que para a comparação das de liquidos se fez em todo o districto uso da agua, assim como para as de secos se usou em doze concelhos do milho miúdo, e nos dois restantes de semente de nabos.

Que os padões, de que se não comparou algumas das medidas lineares, não as tinham para as afeições, e estas são nos respectivos districtos feitas pelas das cabeças dos actuaes concelhos.

Que os padões, de que se não comparou o covado, não o tinham, nem nos respectivos concelhos nenhum affere semelhante medida nem se serve d'ella.

Que das medidas de capacidade, comparadas nos diferentes padões, tanto para secos como para liquidos, as maiores são as que merecem mais credito para pelo resultado que deram se fazerem as reduções.

Que o motivo de em alguns padões se não compararem as series completas de medidas de capacidade, para secos, ou para liquidos, e dos pesos, foi por não haver as que deixaram de ser compara-

das para servirem para as afeições, e por estas serem feitas sómente com as que se compararam.

Que do que digo em alguns concelhos, de ser o azeite vendido por alqueires, se deve só entender que não é usado medido nem por medida maior, e não que se não compre e venda tambem por medidas inferiores ao alqueire, porque effectivamente se vende por todas essas até ao quarto de quartilho.

E finalmente, que em concelho nenhum pôde descobrir qualquer escripto antigo sobre as respectivas medidas, nem mesmo tradição, alem do que deixo mencionado, com respeito aos padões de cobre que houve, e ao fim que quasi todos tiveram; e que em todos elles as autoridades administrativas me coadjuvaram e auxiliaram quanto eu desejei, e as camaras, quanto as suas especiaes circumstancias lhes permitiram.

Deus guarde a v. ex.ª Guarda, 30 de novembro de 1859.—Hl.º e ex.º sr. inspector geral dos pesos e medidas do reino.—O inspector do districto, Francisco Antonio da Silva Neves.

Está conforme. Repartição central, em 17 de fevereiro de 1860.—Ernesto de Faria.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá logar no sabbado, 24 do corrente mez, sendo a ordem do dia a discussão do parecer n.º 3 sobre o projecto de lei n.º 7, que permite até 30 de junho do corrente anno a livre entrada de trigo e centeio.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 21 de março de 1860.—Diego Augusto de Castro Constancio.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Monte-mór do Novo, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas etc.: que visto o orçamento fl. 3, approved pelo conselho de districto; visto que a receita propria do anno, excluidas as dividas activas, é inferior a réis 4:000\$000; e visto o que dispõe o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859; não compete ao mesmo tribunal o julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Monte-mór do Novo, no anno economico de 1851 a 1852, de que se trata n'este processo.

Lisboa, 9 de março de 1860.—Lara, relator.—Dr. Nogueira Soares = Larcher = Margiuchi.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 15 de março de 1860.—Custodio Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Marco de Canavezes, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que visto o orçamento a fl. 163 da camara municipal do concelho de Marco de Canavezes, para o anno de 1857 a 1858, vista a informação da direção a fl. 168, e a resposta fiscal a fl. 168 v.; e atendendo á disposição expressa do artigo 11.º n.º 2.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859; julgam o tribunal incompetente para conhecer em primeira instancia d'este processo. Lisboa, 9 de março de 1860.—Dr. Nogueira Soares, relator.—Larcher = Margiuchi = Albergaria.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 15 de março de 1860.—Custodio Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Angra do Heroismo, no anno economico de 1850 a 1851, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que, visto o processo de liquidação da responsabilidade da camara municipal do concelho de Angra do Heroismo, pela sua gerencia no anno economico de 1850 a 1851, mostra-se a fl. 2019 importar, tanto o debito como o credito, em uma igual quantia de 14:880\$240 réis, compondo-se o debito de 757\$260 réis, que passaram em saldo da conta do anno economico anterior findo em 30 de junho de 1850, julgada por accordo d'este tribunal de 13 de agosto de 1858; de 13:934\$185 réis do producto da receita ordinaria; e de 188\$795 réis da cobrança das dividas activas; e formando-se o credito de 14:660\$349 réis, despendidos com o pagamento das despesas mencionadas nos resumos numerados 2 a 11; e de 219\$891 réis do saldo que existia em 30 de junho de 1851: visto o orçamento de fl. 12 v.; visto o auto de fl. 13, do ajustamento das contas prestadas pelo presidente e pelo thesorero da referida camara; visto o edital de fl. 14, e a relação das dividas activas, e bem assim as allegações apresentadas para justificar o pagamento da quantia de 47\$519 réis que a camara satisfaz alem das para que estava autorisada, e os mais termos do processo; julgam a conta de que se trata devidamente ajustada, e em sua conformidade declaram os vereadores da camara municipal do concelho de Angra do Heroismo livres e quites pelo seu gerencia no anno economico de 1850 a 1851, passando em saldo para a conta do seguinte anno economico a referida quantia de 219\$891 réis. Lisboa, 9 de março de 1860.—Margiuchi, relator.—Lara = Albergaria (vencido em parte)—Dr. Nogueira Soares = Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 15 de março de 1860.—Custodio Francisco Pereira Garcez.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 26 do corrente, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica a compra de 30 peças de panno patente para se estender emplastro; devendo os concorrentes cingir-se á amostra que n'aquelle acto ha de ser presente, e que desde já pôde ver-se na botica do referido estabelecimento.

Outrosim manda annunciar que no dito dia, e pelas mesmas horas, ha de contratar, tambem em praça publica, o fornecimento de lenha, com as condições que estarão patentes no acto da arrematação, e que desde já podem ser examinadas na contadoria do dito estabelecimento.

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 28 do corrente, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica o fornecimento, para tres mezes, dos materiais para obras abaixo designados, conforme as condições que estarão patentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadoria do mesmo estabelecimento.

Cala em pó, trinta moios
Dita em pedra, tres moios
Areia encarnada, tres barcadas
Dita branca, uma barcada
Tijolo de alvenaria, tres milheiros
Dito rebatido, tres milheiros.

Contadoria do hospital de S. José, 21 de março de 1860.—O official maior, Manuel Cesario de Araujo e Silva.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA

Para Lisboa

Alexandre José da Conceição Costa—Condessa de Oeyenhausen—Domingos Lopes da Silva—Es-

crivão da camara municipal do concelho dos Olivares—F. Ferreira Pinto Basto—José de Oliveira, Juliana Gil Garcia—Luiz Cabeça—Maria José de Azevedo, Mariana Ximenes—Pedro Lorigo—Viscondessa do Torrão.

CARTA RETIDA POR FALTA DE FRANQUIA

Para New York

José da Silva Maya Ferreira.
Administração central do correio de Lisboa, em 21 de março de 1860.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE BEJA

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Beja, no mez de fevereiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE BEJA						
De posta interior.....	1:954	1:650	100	2	834	4
Do reino e ilhas.....	-	-	12	-	-	-
De Hespanha.....	-	-	-	6	-	-
D'alem dos Pyreneos.....	-	-	-	-	-	-
Das provincias ultramarinas.....	-	-	-	-	-	-
De portos estrangeiros, por navios.....	-	-	-	-	-	-
De Inglaterra, pelos paquetes.....	-	-	-	-	-	-
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	-	-	-	-	-	-
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	-	-	-	-	-	-
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	11:222	3:990	777	104	1:201	10
Para Hespanha.....	-	-	101	71	-	-
Para alem dos Pyreneos.....	-	-	76	39	-	-
Para as provincias ultramarinas.....	-	-	5	-	-	-
Para portos estrangeiros, por navios.....	-	-	5	-	-	-
Para o Brazil, por navios.....	-	-	4	-	-	-
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	-	-	13	12	-	-
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	-	-	1	-	-	-
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	-	-	-	-	-	-
	13:176	5:640	1:094	234	2:035	14
No mez de fevereiro de 1859 o movimento da correspondencia foi	12:365	5:235	619	202	2:132	80

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Beja, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Beja, em 13 de março de 1860.—O administrador, Carlos José da Matta Veiga.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de proceder em praça publica, na sala das suas sessões, nos dias abaixo mencionados, á compra dos seguintes objectos:

No dia 23 do corrente, pelas onze horas da manhã:

786m,76 de panno azul ferrete ordinario para fardamentos.

316m,2 de panno de lá branco para vivos dos mesmos.

44m,2 de panno encarnado para golas.

297m,16 de panno de mescla para calças.

690m,2 de panno de mescla para capotes.

340m de serafina azul ferrete para forros dos mesmos.

74m,8 de orleães branca para forros de casacos.

600 mantas.

No dia 24, pelo meio dia:

400 pares de botes de diferentes tamanhos.

O conselho de administração de marinha ha de vender em hasta publica na sala das suas sessões, nos dias abaixo designados, ao meio dia, os seguintes objectos:

No dia 26 do corrente:

70 peças de artilheria inuteis, existentes na Azinhara.</

Pede em seguida dispensa da segunda leitura, e que sejam impressos no *Diário*.

Leram-se na mesa os dois projectos: um autorizando o governo a organizar uma pauta especial para a alfândega da Madeira, segundo as indicações que propõe; e outro autorizando o governo a comprar a casa em que morreu o marquez de Pombal, situada na villa do mesmo nome.

São declarados urgentes: o primeiro é enviado á comissão de fazenda; o segundo á comissão de fazenda ouvida a de administração publica, e ambos mandados imprimir no *Diário de Lisboa*.

O sr. Coelho do Amaral:—quando hontem pediu a palavra era no intuito de chamar a attenção do sr. ministro do reino, e provocar explicações do governo sobre esse espectáculo, que todos têm presenciado, e andarem patrulhas de uma nação estrangeira, correndo armadas pela capital. Pediu hontem a palavra para este fim, em que foi, porém, prevenido pelos illustres deputados os srs. Mousinho de Albuquerque e Arrobas, que igualmente trataram d'este assumpto, aos quaes quer agora juntar a sua voz, para protestar contra esse insulto, que se está fazendo á nossa dignidade de povo independente, e, o que é mais, que se está tolerando e autorizando!

Não pôde, pois, deixar de provocar de novo esta questão, mesmo na ausencia do sr. ministro do reino; porque pelo extracto publicado no *Diário* verá que a camara se tem occupado, em duas sessões continuadas, d'este objecto, e ligando-lhe a importância que elle merece, ou virá dar explicações á camara da razão por que os estrangeiros andam armados fazendo a policia da nossa capital, ou providenciara para que este escandalo não progreda.

O sr. Presidente:—não pôde deixar de advertir ao illustre deputado, que o estilo da casa é sobrestar na discussão de objectos d'esta ordem, quando não está presente o ministro ou ministros a que dizem respeito esses objectos, até porque, não havendo quem responda, é perda de tempo tudo quanto se disser agora a esse respeito.

O sr. Coelho do Amaral:—requer que se consulte a camara, para que a sessão se não feche sem que o sr. ministro do reino se explique sobre este objecto.

Consultada a camara decide affirmativamente.

O sr. Infante Pessanha:—manda para a mesa uma representação da camara municipal da Cuba, pedindo a approvação do contrato para a continuação da linha ferrea do sul até Évora e Beja com a bifurcação estabelecida no artigo 4.º § 1.º do contrato.

Sendo este um negocio que brevemente virá á discussão da camara, deixa para então mostrar as razões de conveniencia e justiça que militam a favor d'este pedido, podendo elle, orador, assegurar que é geral e unanime em todos os povos do districto de Beja, que seguramente, sobre as razões de maior conveniencia publica, tem um certo direito a ser attendido, pelo exemplar generosidade com que se tem havido n'este negocio, não só offerecendo uma avultada subvenção, como é já publico, mas alem d'isto as expropriações gratuitas em toda a extensão da linha n'aquelle districto, o que não é de pouca importancia.

Aproveitando a occasião, quer fazer uma rectificação que julga necessaria. Na discussão do projecto para a importação de cereaes offereceu uma emenda n'estes termos: que o governo ficava autorizado a permittir a entrada de 20.000 moios de trigo e 1.000 de centeo pelos portos do reino até 30 de junho do corrente anno. Esta emenda foi publicada no *Diário* com graves alterações, por que se lia 20.000 moios de centeo em vez de 1.000, e até 30 de julho, em vez de 30 de junho; e sendo a emenda assignada tambem pelos srs. deputados Fortunato de Mello e Rojão, a assignatura d'estes cavalheiros foi supprida, sem que elles n'isso viessem.

Toma a responsabilidade das suas opiniões que com franqueza emite na camara; é por ellas que o paiz julga, e aprecia o deputado, e d'aqui se vê a necessidade de que a publicação das opiniões manifestadas na camara se faça com toda a exactidão; mas sendo a emenda que offereceu publicada com alterações tão essenciaes que transformam e alteram completamente o seu pensamento, faz por isso esta rectificação, para restabelecer a verdade, e declarar que não toma a responsabilidade do que com menos exactidão foi publicado.

E faz só agora esta declaração, porque incomodado de saúde, não pôde assistir a algumas sessões da camara.

Os srs. Balduino e Rojão mandam para a mesa requerimentos, pedindo esclarecimentos ao governo.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO SEGUNTO PARAGRAPHO

CIRCULO ELEITORAL DE IDANHA A NOVA

PRIMEIRO ESCRUTINIO

Votantes..... 1:210
Maioria absoluta..... 606
Bacharel João Chrysostomo Freire Correia Falcão..... 508 votos.
Bacharel Antonio Roballo de Azevedo..... 369 »
Bacharel Manuel Vaz Preto Giraldes..... 330 »

SEGUNDO ESCRUTINIO

Votantes..... 1:311
Bacharel Antonio Roballo de Azevedo..... 676 votos.
Bacharel João Chrysostomo Freire Correia Falcão..... 635 »

Não havendo maioria absoluta no primeiro escrutinio, procedem-se a segunda eleição, sendo proclamado deputado o bacharel Antonio Roballo de Azevedo, por ter obtido o maior numero de votos nas quatro assembleas de Idanha a Nova, Monsanto, Zibreira e Penamacor, de que se compunha o circulo eleitoral. O processo correu regularmente nas tres assembleas, de Idanha a Nova, Monsanto e Zibreira; porém na acta da assemblea do apuramento se apresentou um protesto do portador da acta da assemblea de Penamacor, e assignado por dez cidadãos, contra esta eleição, pelos seguintes fundamentos: 1.º, por ter o presidente da assemblea nomeado a mesa toda de candidatos da opposição, havendo apenas um escrutinador do partido do governo; 2.º, porque não assistiram alguns parochos e regedores, como os da Bemposta e Bemquerença; 3.º, porque se não rubricaram as listas; 4.º, porque se praticaram operações eleitoraes com luzes accensas; e 5.º, porque appareceram duas listas de papel ordinario, encerrando cada uma d'ellas uma outra lista.

Este protesto foi n'aquelle acto contra-protestado por um dos membros da mesa com o fundamento de terem sido nomeadas pessoas idoneas para supprir as faltas dos parochos; de se não poderem rubricar as listas por ser já sol posto; e de ter sido approvada a mesa pelos cidadãos que compunham a assemblea.

A comissão entende que nenhum dos fundamentos é procedente para o effeito de annullar a eleição: 1.º, porque sendo a mesa proposta pelo presidente da assemblea, e approvada pelos cidadãos presentes, ficou preenchido o preceito da lei; 2.º, porque do contra-protesto consta que foram nomeadas pessoas idoneas para supprir a falta dos parochos, nem no protesto se argue que votassem pessoas que não estivessem recensadas; sendo certo que não era na assemblea do apuramento que podia ter lugar um tal protesto, mas na mesa eleitoral, onde podia só ser contraditado o protestante; 3.º, porque com quanto se não rubricassem as listas, por ser já sol posto, convence-se da acta que a urna fôra guardada

com todas as solemnidades legais, nem se argue vicio algum contra verdade da eleição; 4.º, porque do mesmo modo se mostra que as operações eleitoraes terminaram ao sol posto, nem no protesto se declara que actos foram esses que se praticaram com luzes accensas; e 5.º, finalmente, porque as duas listas que appareceram de papel ordinario, contendo cada uma outra lista, em nada prejudicam ou alteram a votação do deputado eleito.

A tudo isto accresce ainda a representação dirigida a esta camara, assignada pelo presidente e tres vogaes da mesa eleitoral de Penamacor, e por mais dezoito cidadãos, na qual se refutam todos os fundamentos d'aquelle protesto, e as falsas asserções n'elle contidas.

E por todos estes motivos é a vossa comissão de parecer que se deve julgar valida a eleição pelo circulo de Idanha a Nova, e proclamado deputado o bacharel Antonio Roballo de Azevedo, que apresentou o seu diploma em forma legal.

Sala da comissão, em 12 de março de 1860.—

Jose Marcellino de Sá Vargas—Antonio Rodrigues Sampaio—Rodrigo Nogueira Soares Vieira—Antonio Augusto Correia de Lacerda—Justino Antonio de Freitas.

O sr. Xavier da Silva:—não se pôde conformar com o parecer da comissão acerca da eleição de Idanha a Nova. A comissão entendeu que as duvidas que se suscitaram n'este processo eram unicamente aquellas a que se referia o protesto apresentado na mesa da assemblea do apuramento, e que foi confirmado e admitido por todos os portadores das actas, que se achavam presentes, menos o de Penamacor, sendo ali confirmadas todas as duvidas e todas as nulidades, que se allegavam, por um dos portadores das actas que tinha sido escrutinador da mesa de Penamacor.

A comissão julgou que estes eram os unicos defeitos da eleição, e sem mesmo lhes dar muito valor, contentou-se com o contra-protesto, que na mesa de Idanha a Nova foi apresentado por um dos portadores das actas.

Em todas as assembleas de que se compõe este circulo, houve mais ou menos irregularidades, por isso que, na assemblea de Idanha a Nova, as pessoas que constituíram a mesa no segundo escrutinio não foram as mesmas que a constituíram no primeiro.

Em Monsanto, que é a segunda assemblea, do mesmo modo as pessoas que constituíram a segunda mesa, não foram as mesmas que estiveram presentes no primeiro escrutinio, e não consta que estivessem presentes n'esse acto nem o parochos, nem o administrador ou seu delegado.

Na assemblea da Zibreira tambem a maioria da mesa é diferente da que serviu no primeiro escrutinio, e só depois de ter principiado a chamada geral, compareceu o administrador do concelho, não dizendo porém a acta que estivessem presentes os parochos das freguezias que constituíram esta assemblea.

E por ultimo na assemblea de Penamacor acontece que ella foi presidida por um cidadão, que não era o mesmo que presidiu no primeiro escrutinio, apesar de na acta se dizer, que é elle que está servindo de presidente da comissão de recenseamento, não havendo contudo documento algum por onde isso se prove, porque se elle fosse o presidente da comissão devia necessariamente ter presidido no primeiro escrutinio, mas não aconteceu assim, porque n'este quem presidiu foi o cidadão Manuel Joaquim da Costa Ribeiro, não sendo tambem o resto dos mesarios d'esta assemblea, na sua maioria, os mesmos da do primeiro escrutinio.

Os parochos das freguezias da Bemposta e Bemquerença, que constituem uma assemblea, não compareceram á eleição, e com quanto se diga no contra-protesto, que depois veio á camara, que é verdade não estarem presentes á eleição, mas que foram substituidos competentemente, não consta tal das actas das assembleas primarias, nem podem allegar que não foram avisados, porque a mesa annunciou por um edital na vespera, que se havia de reunir no outro dia ás nove horas da manhã. Não constando pois da acta do dia 21, que elles estivessem presentes, nem que fossem substituidos, e determinando o artigo 53.º § 2.º do decreto de 30 de setembro, que as mesas eleitoraes não comecem a funcionar sem que os parochos e os regedores estejam presentes, ou quem os represente, não era possivel verificar-se a identidade dos eleitores.

Na freguezia de João Pires o processo levou mais de um dia, e não se cumpriu o preceito do decreto de 30 de setembro, que manda rubricar as listas que ficam de um dia para o outro; a mesa não fez menção d'isso na acta, mas no contra-protesto declara que não se rubricou por não levar mais tempo, e para por um acto de nulidade não sanar outra nulidade; de maneira que faltou ao cumprimento da lei, para provar a validade da eleição.

Tendo-se annuciado que no segundo dia a votação principia ás nove horas, consta da acta que começou depois das onze, e assim foi preciso para haver tempo de se irem buscar a sitios distantes, individuos para votarem em certo sentido. Refere a acta da assemblea de Penamacor, que o numero das listas não correspondeu ao numero das descargas.

Refere mais a acta, encontrarem-se duas listas com papel mais grosso, e dentro uma segunda lista com papel muito fino, contendo essas listas o nome do candidato eleito.

Numero dos votos que recaíram no candidato eleito é superior ao numero das listas que constam da acta.

O processo eleitoral correu de modo que se executaram operações eleitoraes depois do sol posto, e com luzes accensas; e é de notar que esta mesa tão cuidadosa no primeiro dia, que para não praticar acto algum depois do sol posto, não rubricou as listas; no segundo dia não teve duvida em concluir as operações eleitoraes com luzes accensas.

Não quer dizer que a urna fosse por este motivo viciada; não quer supprir isso dos cavalheiros que compunham a mesa, mas parece incrível que sendo ella composta de pessoas respeitaveis, de que fazia parte o proprio candidato eleito, não subseem quaes eram as disposições da lei.

Entende portanto que a eleição de Idanha a Nova não está no caso de merecer a approvação da camara, porque em duas das freguezias de Penamacor, por confissão propria dos mesarios, e dos documentos que vieram á camara, não consta que estivessem presentes nem o administrador, nem o regedor, nem o parochos, nem quem competentemente os representasse; porque o processo correu irregularissimamente, e a sua acta não pôde fazer fé em juizo. Vota contra a eleição.

O sr. Justino de Freitas:—o sr. deputado que o precedera, para refutar o parecer da comissão, foi procurar os fundamentos do protesto apresentado na assemblea do apuramento geral da eleição.

Procedeu-se á eleição de Idanha a Nova, e em todas as quatro freguezias não appareceu nas assembleas primarias um só protesto contra a sua validade; apparecendo na assemblea do apuramento, quando os mesarios já não podiam responder pelos factos praticados nas assembleas primarias. Se os protestantes tivessem consciencia da exactidão do que allegavam, tinham-n'o feito logo na assemblea primaria onde dizem que se deram os factos contra os quaes protestaram.

O primeiro fundamento do protesto, foi porque

as mesas tinham sido formadas de membros da opposição; o que se não pôde tomar como falta, porque todos sabem que é da obrigação dos presidentes das mesas propor os individuos que devem comparecer a ellas; e só quando a assemblea não approva a escolha, é que tem lugar a eleição de uma parte da mesa.

O segundo fundamento é porque não assistiram os parochos e regedores das freguezias da Bemposta e Bemquerença; mas não procede, porque, pelo contra-protesto e representação dirigida á camara consta que foram nomeadas pessoas idoneas para verificar a identidade dos eleitores, o que a lei autorisa na falta dos parochos e regedores.

Terceiro fundamento: porque se não rubricaram as listas que ficaram de um dia para o outro. A camara tem approvado muitas eleições onde se deu igual falta, sem a julgar de natureza tal que invalidasse essas eleições.

Quarto fundamento: que acabaram os trabalhos no segundo dia com luzes accensas. A comissão não constou tal; pelo contrario as operações eleitoraes consta que acabaram de dia, e não parecia di- gnos de reparo se alguma copia fosse concluida á noite.

Quinto fundamento: appareceram duas listas em papel ordinario, encerrando cada uma d'ellas outra lista. Isto podia ser uma nulidade, se o candidato eleito vencesse a eleição por 2 votos, mas vencendo por 41, ainda descontados os 2, tem numero muito sobrelleante para vencer a eleição.

Sexto fundamento: os eleitores que formaram as mesas no primeiro dia, não foram os mesmos que d'ellas fizeram parte no segundo. A lei de 30 de setembro determinava que os membros das mesas fossem os mesmos durante todo o processo eleitoral, mas a nova lei limita-se a dizer que a eleição no segundo dia se faça da mesma forma que no primeiro; nada mais facil do que um ou outro membro de qualquer mesa achar-se incomodado e não poder comparecer no segundo escrutinio. Não repugna isto falta, e só vontade da parte do sr. deputado em querer tirar partido para combater a eleição.

Entende portanto ter demonstrado que a eleição correu com toda a regularidade, e que a camara não pôde deixar de approvar o parecer da comissão.

O sr. Xavier da Silva:—não pôde attribuir a motivos de odio o protesto apresentado contra esta eleição, como o sr. relator da comissão pareceu insinuar; é preciso respeitar mais os cidadãos que usam de um direito que lhes dá a carta constitucional, e o sr. relator da comissão, que dá tanta importancia ao contra-protesto assignado pelo candidato eleito, e por todos os seus parentes que constituíram a mesa de uma assemblea, e mais alguns cidadãos do concelho, onde se sabe que não ha liberdade bastante, nem para representar nem para requerer, não devia tratar tanto de ridiculo que alguns cidadãos representassem á assemblea do apuramento, e o não fizessem na assemblea primaria.

Foi severo na analyse do processo eleitoral, porque está altamente indignado contra as transaccões eleitoraes, e já era tempo que a camara deixasse esse systema, n'outra epocha seguido, de condescendencia com os erros e abusos eleitoraes, muito principalmente depois da nova lei que se publicou, e em que se teve em vista acabar com elles.

A comissão de poderes tem o dever rigoroso de examinar todos os processos, e dar conta minuciosa ao parlamento do que elles contêm, e não apontar só uma ou outra irregularidade, deixando de mencionar as principaes.

Assevera ao sr. relator da comissão, que não foi pessoa alguma nomeada para substituir a falta dos parochos, e que não é exacto o que se diz no contra-protesto, pelo qual se esperou tanto tempo para se poder lavar o parecer da comissão.

Não leva a mal á camara que, depois de ter passado por tantas irregularidades a respeito das eleições de alguns srs. deputados que se diziam ministeriaes, seja um pouco mais liberal a respeito de um que se diz ser da opposição; mas é por isso mesmo que elle, orador, entende dever ser mais rigoroso.

Estando extincta a inscripção, é posto á votação o parecer e approvado.

Em seguida o sr. presidente proclama deputado da nação portugueza o sr. Antonio Roballo de Azevedo.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—manda para a mesa a seguinte proposta.

Estando o governo autorizado pelo artigo 3.º do acto adicional á lei de 28 de fevereiro de 1859, em caso de urgente necessidade, permittam aos seus membros que accumulem o exercicio do serviço publico com as funções legislativas, se assim o quizerem, e n'esta conformidade requisitado á camara dos srs. deputados, por se dar effectivamente o caso indicado, o sr. Filipe Folque, director geral dos trabalhos geodesicos, chorographicos e geologicos do reino.

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, 20 de março de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

E admittida e logo approvada.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO N.º 13 SOBRE CAMINHOS DE FERRO

O sr. Nogueira Soares:—começará referindo-se ao discurso do sr. deputado que hontem fallou em ultimo lugar. Disse elle, que a questão de que se trata não é politica. Effectivamente a questão não é politica; é essencialmente financeira e essencialmente economica. Trata-se de saber se o contrato, cuja approvação o governo propõe, é um bom contrato, ou se, reprovando-se esse contrato, poderemos ter a esperança de que aquellos que o combatem venham propor outro que seja mais digno da approvação da camara, mais util aos interesses do paiz.

Crê ser esta a questão para a camara e para o paiz. Para aquellos srs. deputados que pensam que o systema do governo é mau, que traz a ruína do paiz, que o governo offende a moralidade publica, que falta á dignidade que deve á camara, que tem traido a dignidade do poder, para esses, a questão é outra, e elles são coherentes aproveitando todas as occasiões de fazer com que o governo deixe o poder. Foi n'este terreno que collocou a questão o sr. deputado que abriu o debate por parte da opposição, assim como o que se lhe seguiu tambem por parte da opposição. Esses srs. deputados não atacaram as condições do contrato, pelo contrario acharam o contrato bom; e a razão em que se fundaram para dizer que pelo contrato teriam um mau caminho de ferro, foi porque o sr. ministro das obras publicas, interpretando mal as suas disposições, e usando das faculdades que alguns artigos do contrato lhe davam, para conceder larguezas ao empreezario, faria que o caminho descesse do primeiro ao terceiro typo. Não era, pois, contra o contrato que se argumentava; era contra os ministros; pedia-se não a substituição d'este contrato por outro, mas a substituição d'estes ministros por outros ministros, e talvez até que algum se contentasse com a substituição de um só dos ministros (apoiados).

Não é assim que tratará a questão, nem espera que a camara assim a trate. Na sua opinião o contrato deve ser examinado em todas as suas disposições; se se entender que é bom ainda depois das modificações, deve ser approvado embora os ministros se conservem; se se entender que é mau, deve ser rejeitado embora os ministros tenham de largar as suas cadeiras.

E para tratar a questão n'este terreno, estamos hoje muito mais habilitados do que estavamos quando questões de igual natureza foram trazidas á tela parlamentar (apoiados).

Uma das vantagens do systema representativo consiste na rotação dos partidos e dos homens no poder. Por esta rotação dissipam-se muitos erros, desvanecem-se muitas illusões, habita-se o publico aos negocios, habita-se a fazer mais justiça aos homens e ás cousas, e prepara-se tambem o paiz a aceitar, com menos reluctancia, os sacrificios que muitas vezes é necessario impor-lhe para encurtar a distancia que o separa de outros povos mais adiantados.

Houve uma epocha em que um partido promettia grandes economias, e subindo ao poder os caudilhos d'esse partido, apesar da boa vontade que tinham de fazer economias, não as puderam fazer, antes acrescentaram o orçamento com alguns centenas de contos, a que foram obrigados para satisfazer ás necessidades do serviço.

Disse tambem esse partido que se podia governar sem novos impostos, e subindo ao poder os seus caudilhos, elles tiveram a nobre coragem de os propor, porque entende que é nobre a coragem de qualquer governo quando propõe impostos, entendendo que não se pôde governar sem elles. Não cita isto para accusar os homens, mas somente para mostrar a força invariavel das cousas. O que é verdade é que todos os homens de todos os partidos nos bancos da opposição fizeram promessas que não puderam realizar nas cadeiras ministeriaes; todos foram obrigados a modificar as suas opiniões, e a retirar muitas das proposições que tinham avançado.

E se isto é verdade com respeito a toda a administração publica, é principalmente verdade com respeito a caminhos de ferro. Quando esta questão em 1853 veio pela primeira vez ao parlamento, desacompanhada dos estudos e experiencias que a têm esclarecido depois; quando eramos obrigados a vê-la á luz de factos estranhos, passados em nações com condições diferentes das nossas, disse-se que era exagerado o prego de 50.000\$000 réis por kilometro do caminho de ferro de leste, e que se podiam contratar caminhos de ferro a 40, 30, e mesmo 15.000\$000 réis por kilometro. Houve mesmo um illustre deputado, espirito brilhante, que chegou a dizer que em Hespanha se tinham contratado caminhos de ferro com condições tão vantajosas, que o estado tinha chegado a receber dinheiro dos emprezarios. Que feliz epocha nos agourava este estadista quando chegasse ao poder! Porém chegando lá, depois d'elle e os seus collegas terem feito os mais ardentes esforços, foram elles os mesmos que vieram dizer que era impossivel ter caminhos de ferro tão baratos como tinham prometido, e apresentaram o contrato com sir M. Petto, no qual, sendo o caminho contratado com obras de arte, aterros e desaterros para duas vias, mas collocação de uma, o prego era calculado em réis 50.000\$000, quando no contrato para o caminho de ferro de leste o prego é calculado tambem em 50.000\$000 réis, mas com as duas vias collocadas lado a lado.

E disse-se que era um bom negocio para o estado e para o empreiteiro. Oxalá que o tivesse sido para o empreiteiro, porque então teriamos muitos kilometros de caminho de ferro, a linha do Porto quasi completa; mas infelizmente não aconteceu assim. O emprezario fez os maiores esforços para formar uma companhia, ao que era obrigado pelo contrato, não só para poder tirar o interesse que esperava que d'ahi lhe viesse, mas para desempenhar a sua palavra, comprometida n'aquelle contrato; porém não pôde convencer nem a praça de Londres, nem a de Paris, nem as de Hollanda e da Alemanha de que o contrato era bom e realisavel; e faz-lhe a justiça de acreditar que aquelle cavalheiro fez os maiores esforços para desempenhar a sua palavra comprometida.

Elle, orador, não costuma trazer para as assembleas publicas o que com elle se passa em particular, o que de certo podem asseverar os seus adversarios politicos, porque, quando estiveram no poder, não obstante elle, orador, servir em uma repartição publica, nunca abusou da sua confiança (O sr. Avila:—apoiado), mas pede licença áquelles cavalheiros, um d'elles então ministro da fazenda, e outro das obras publicas, para lhes dar um testemunho honroso (porque na qualidade de ajudante do procurador geral da coroa assistiu a todas as conferencias, que no ministerio das obras publicas tiveram lugar para a celebração do definitivo contrato Petto) de que fizeram quanto humanamente se podia fazer para que esse contrato definitivo fosse feito da maneira mais vantajosa para o paiz. E por esta occasião não pôde tambem deixar de dar um testemunho da impresso de seriedade e respeitabilidade que lhe deixou o trato official, que teve durante aquellas conferencias, com sir Morthon Petto. A verdade é que tanto de uma como de outra parte se fizeram todas as diligencias para que o contrato fosse por diante; e se assim não aconteceu não foi por culpa dos homens, mas pela força maior das cousas, que obrigou áquelles cavalheiros a virem confessar perante o parlamento que elle era inexecutable, e a trazerem outro contrato em condições mais desfavoraveis do que o primeiro.

Não é portanto com o primeiro contrato feito com sir Morthon Petto, mas com esse contrato modificado conforme a proposta de 28 de fevereiro de 1859, que se deve comparar o contrato actual, modificado como consta do projecto em discussão, para decidir se este é ou não um bom contrato.

Nomeado pela camara para a comissão de fazenda, teve na qualidade de membro d'aquella comissão de estudar o projecto apresentado e de pesar as modificações posteriormente propostas a esse projecto; e entendeu que devia fazer d'ellas um estudo sério para chegar a uma conclusão em que se podesse fiar. Começou pelo exame das modificações, vendo quaes eram as que poderiam ser consideradas vantajosas para o estado, as que o poderiam ser para a empreza, qual a importancia de umas e outras, e se a final o resultado era ou não favoravel. Comparou-o depois com o contrato Salamanca primitivo, e examinou se esse contrato modificado era ainda, ou não, melhor do que o contrato Petto primitivo, e do que o contrato Petto modificado. Tal é o estudo, que fez e tal é o caminho que vai agora seguir perante a camara, dando-lhe conta do resultado d'esse estudo.

Começará pois pelo exame das modificações propostas ao contrato no parecer das comissões que se discute; e antes de tratar da conveniencia d'ellas, tratará de ver se em principio é possível a sua admissão, porque essa questão foi suscitada pelo illustre deputado que abriu o debate, e examinada ainda por outro que se lhe seguiu por parte da opposição, os quaes, depois de terem sustentado que era uma falta de lealdade da parte do governo, uma falta de attenção para com a camara e uma violação da fé publica, o admittir sem concurso modificações a um contrato feito em concurso, admitindo a primeira e segunda modificações, que seriam igualmente uma violação, se violação houvesse, vieram a destruir elles mesmos, a força dos argumentos que haviam produzido, mas como insistiram n'essa argumentação, e como os seus amigos politicos os apoiaram n'essa parte onde faziam principal força, ha de se permittir que elle, orador,

trate esta questão prévia, e que examine se realmente em um contrato feito em concurso se pôde condear como uma violação da fé publica o fazerem-se alterações sem concurso.

Parece-lhe que pôde dizer diante de todos os juriconsultos, que não ha principio nenhum de direito que obrigue o proprietario commendador de alguma obra ajustada em concurso a sujeitar ao concurso qualquer alteração que queira fazer ao contrato primitivo; não ha principio nenhum de direito que o obrigue, ou seja particular ou governo, a escolher entre os concorrentes que se apresentam aquelle que offerece melhores condições materiaes; pôde escolher um que as offereça piores, mas ao mesmo tempo dá uma maior garantia moral, e nenhum tem o direito positivo de ser preferido. Se isto assim é antes de se deferir o concurso, muito mais o é depois d'elle deferido; não ha principio nenhum que obrigue o proprietario de uma obra, depois de deferido o concurso, quando queira fazer alterações, a rescindir o primeiro contrato e a voltar á praça com a obra.

Depois de contratada uma obra pôde o proprietario reconhecer que ha alguns erros no projecto, pôde mesmo mudar de vontade, quer alarga-la, augmenta-la, melhora-la, e não ha de fazer-lhe sem rescindir o contrato! (Apoiados) A theoria dos illustres deputados em principio é insustentavel, e se o é em principio muito mais é nas applicações, e muito mais se demonstra tal pela pratica.

Antes de passar adiante permitta-se-lhe que, em abono da verdadeira theoria, cite uma opinião muito respeitavel, qual é a do conselho das obras publicas em um caso identico ao actual, que estabelece a theoria geral de uma maneira clara, positiva, peemptoria.

Todos sabem que se fez a adjudicação do caminho de ferro de leste a Hardy Hisslop por um contrato provisório, e que tendo sobrevivido depois modificações, foram remetidas ao conselho das obras publicas para dar a sua opinião a respeito d'ellas; pois o conselho disse no principio da sua consulta que seria absurdo inhibir o governo de poder contratar melhor.

Mas não aconteceu só n'este contrato o fazerem-se alterações depois do concurso. Em regra geral quasi que não ha contrato particular ou publico para construção de obras, feito em concurso ou directamente, que não tenha sido alterado posteriormente. Em Portugal não sabe de nenhum que não tenha sido alterado, e todos os homens publicos de todas as cores politicas estão comprometidos n'essas modificações (apoiados).

Fizeram-se alterações no contrato celebrado com a companhia de viação portueza para a construção das estradas do Porto a Braga e do Porto a Guimarães, entre as quaes alterações figura a obrigação de o governo tomar a quarta parte das accções da companhia; fizeram-se alterações ao contrato Hisslop, alargando-se o praso da remissão a vinte e cinco annos, quando havia sido fixado em dez annos, e concedendo-se-lhe muitas outras vantagens; fizeram-se alterações ao contrato do caminho de ferro do Barreiro quanto aos prazos e methodo de fixação dos carris (apoiados), fizeram-se alterações ao contrato da construção das estradas de Amaranthe, pagando-se a maior os melhoramentos que se introduziram no contrato primitivo. Ainda podia citar outro contrato n'este caso, mas não o faz por motivos de delicadeza; contudo pôde asseverar á camara que não ha um só contrato importante de obras publicas, feito em Portugal em concurso, que não tenha soffrido alterações sem concurso (apoiados).

Enão supponha a camara que nós somos excepção a este respeito, que isto acontece só em Portugal; acontece em toda a parte (apoiados), e tanto mais, quanto maior é o impulso que se quer dar ás obras. Tem acontecido em Hespanha; ainda não ha muito que lá, em um caso semelhante áquelle de que se trata, se concedeu ás companhias de caminhos de ferro o adiamento dos aterros para a segunda via sem compensação nenhuma; e faz observar esta circumstancia ao illustre deputado, que se admirou de que se aceitasse n'esta parte a alteração sujeita a troco de compensações tão importantes para o estado; lá fazem-se sem compensação nenhuma, dá-se maior auxilio ás empresas, porque se quer dar maior impulso a estas obras (apoiados).

Mas pôde-se dizer que a Hespanha é notavel pela audacia, pela energia, pela actividade, pela força com que tem entrado na carreira da civilização, mas não é notavel pelo affeiro aos principios.

Então vamos á França, que em materias de administração passa por modelo. Pois em França pôde-se dizer que não ha contrato nenhum feito em concurso publico, que não seja alterado depois; basta ler o *annuaire de Châir*, livro que anda nas mãos de todos, para ver que em França se fizeram muitas alterações em contratos taes: todas as vezes que as companhias se acharam em difficuldades, e não podendo ir para diante, o governo não se prendia com esses escrúpulos que vê apparecer agora: o governo d'essa nação o que quiz foi fazer os caminhos de ferro; foi que a França se cobrisse com uma rede de caminhos de ferro, e então auxiliou as companhias sem se importar que tivessem obtido a concessão em concurso, e sem pensar que por isso feria o principio do concurso.

Fizeram-se violações parcial e singularmente em cada um dos contratos, e fizeram-se violações em grande, na phrase dos illustres deputados seus amigos, ao principio do concurso: refere-se ás providencias tomadas em 1852.

Todos os seus illustres collegas sabem que nos fins de 1851 a industria dos caminhos de ferro estava em tristes circumstancias por causa, primeiro, da rivalidade e concorrência das companhias que tinham feito baixas consideravelmente os preços das tarifas, e por causa do cataclismo de 1848, que abalando todas as industrias, não podia deixar de abalar tambem esta. (Uma voz:—esse é o motivo.) Mas tivesse o facto logar por uma ou outra causa, ou por ambas, o que foi que fez o governo francez? Entendeu que devia acudir á esta industria em risco com algumas providencias, e duas foram as que produziram maior effeito. E sabe a camara quaes foram? Foram a fusão de quasi todas as companhias francezas em seis grandes companhias, e foi a uniformização dos prazos das concessões, que foram reduzidos todos a noventa e nove annos.

Para que a camara veja bem o alcance d'estas duas providencias, permitta-se-lhe que faça um breve esboço do modo como em França foram feitas as concessões.

A camara sabe que a França, que é muito inclinada ás regras geraes derivadas das theorias, e pouco amiga de fazer excepções fundadas nos factos ou circumstancias particulares, não faz isto com relação aos caminhos de ferro. Experimentou todos os systemas e methodos; nem foi encarregar a construção dos seus caminhos só á industria particular, como fez a Inglaterra, nem tomou a construção d'elles exclusivamente á custa do estado, como o fez a Belgica; não seguiu exclusivamente o systema da adjudicação directa, nem o systema do concurso, nem seguiu tambem no concurso um systema exclusivo, porque uma vez adoptou um ponto para a licitação e outra vez outro; tratou de combinar todos os systemas, e de os ensaiar a todos, porque o seu fim, superior a todos, era ter caminhos de ferro.

Antes de 1842 as concessões fizeram-se parte di-

rectamente, parte por concurso, mas com relação ás que se fizeram por concurso todas as condições eram iguaes, excepto quanto ao preço das tarifas.

D'aqui veio uma companhia promettiam maiores vantagens e outras menos; todas disputavam na primeira com calor q'ellas havia de ficar com a empreza, e por isso variou consideravelmente o preço das tarifas estabelecido para cada uma das emprezas. E depois da lei de 11 de julho de 1842, pela qual a França tomou a si os movimentos de terra e obras de arte, a industria animada por este grande auxilio, precipitou-se n'esta especie de emprezas; houve occasião de fazer muitos concursos. E por esta occasião notará a camara que os concursos só prestam quando ha concorrência (apoiados). Os concursos quando não ha concorrentes só servem para desacreditar os estados que se servem d'esto meio, e collocar depois aquelles que vem fazer propostas directas ao governo em muito superiores circumstancias. A França pôs reconhecido depois de 1842 mais facilidade nos concursos, porque, tendo a lei melhorado as condições d'esta industria, havia mais concorrentes.

Mas os concursos, desde então para diante, já não foram como eram d'antes: as tarifas eram fixas, e em que se variou foi no prazo da concessão. As concessões fizeram-se a cincoenta annos, a quarenta, e houve mesmo algumas de vinte e cinco.

Portanto, já se vê quão importantes foram as providencias, fundando as companhias, igualando as tarifas, e fixando todos os termos das concessões uniformemente. Foi uma ferida profunda no principio do concurso, no modo de ver dos nobres oradores a quem se referia.

Que diriam os illustres deputados se lá estivessem? Que violação de direitos! Que deslealdade da parte do governo! Que desperdicio! Mas o que aconteceu é que a industria dos caminhos de ferro, que estava abatida, levantou-se com estas providencias, e a rede dos caminhos de ferro, que estava por completar em França, completou-se, e a França applaudiu quem lhe tinha dado os caminhos de ferro, porque o que ella queria era poder igualar-se ás outras nações n'este ramo de progresso e de civilização (apoiados).

Pode, portanto, concluir com segurança das observações que acaba de expor, que estamos autorisados a fazer fóra do concurso as alterações que se quizerem aos contratos feitos em concurso; primeiro porque os principios de direito não são contra isto; em segundo lugar porque temos por nós respeitáveis autoridades do conselho das obras publicas, de muitos ministros, de muitas comissões de fazenda e obras publicas d'esta camara, e de ambos os corpos legislativos; e em terceiro lugar porque temos por nós exemplos de contratos anteriores de obras publicas feitos em concurso, e exemplos de contratos em França e Hespanha.

Quando caminhamos escudados em tão bons exemplos, e quando vamos com tão boa companhia, não podemos temer que venham accusar o governo, ou aquelles que o apoiam de deslealdade, de falta de fé, e de falta de attenção pelos principios (apoiados).

Tem demonstrado que nos não devemos prender ao rigor dos principios, para considerar as alterações que foram propostas á camara pelas duas comissões de fazenda e obras publicas, de accordo com o governo, e tem demonstrado que essas alterações não ferem os principios (apoiados).

Agora passa a entrar no exame d'estas alterações, a examinar o valor de cada uma d'ellas, e a ver se são ou não aceitaveis. Começa pelas mais simples, aquellas que vieram no projecto primitivo, e acerca das quaes creio que não ha divergencia nem nas comissões nem na camara. Vae pois referir-se em primeiro lugar á alteração que se propõe ao § 4.º do artigo 44.º, sobre a mudança das tarifas.

Para a camara notar bem o alcance d'esta alteração, julga necessario recordar que em virtude do § 1.º e 2.º do artigo 44.º do contrato, deviam vigorar até á conclusão do caminho de ferro de leste as tarifas actualmente em vigor, e depois podiam ser modificadas de accordo com o governo, ou na falta de accordo substituidas pelas tarifas francezas.

A alteração consiste em que em lugar de vigorarem até essa epocha as tarifas actuaes, serão modificadas desde já, e na falta de accordo, substituidas pelas tarifas francezas. As tarifas em vigor, a camara sabe, que não são as primitivas feitas para o caminho de ferro de leste: são as tarifas que foram modificadas pelo sr. Carlos Bento, quando ministro das obras publicas, no intuito de augmentar a circulação d'esta primeira secção da linha ferrea. (O sr. Carlos Bento:—apoiado.) A differença em relação ás passagens é a minima, mas com relação ás mercaderias é mais notavel, porque o seu preço não é proporcional á distancia percorrida. Estas tarifas que só foram feitas para uma curta extensão de linha, não podem ser applicadas a uma grande linha, porque ao cabo de uma certa distancia, decrescendo successivamente o preço de condução de uma certa unidade de volume, por uma certa unidade de distancia, viriam as mercaderias a serem transportadas por um preço inferior aos gastos da exploração, o que alem de ser iniquo com relação á empreza, tinha demais d'isso o inconveniente de a levar a não abrir á circulação as secções do caminho de ferro que fosse successivamente construindo.

A segunda alteração consiste em substituir as palavras—*produto bruto total do ultimo anno*—pelas palavras—*produto bruto das tarifas recebido pela empreza no ultimo anno, feita a deducção dos gastos materiaes da exploração*—Para entender bem esta alteração é necessario reflectir em que alem das modificações ordinarias, que o governo podia introduzir nas tarifas, em virtude dos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do artigo 44.º do contrato, podia introduzir tambem uma modificação extraordinaria na hypothese do § 6.º do mesmo artigo, quando julgasse que podia reduzir as tarifas sem prejuizo dos interesses da empreza. N'esta hypothese, quando não haja accordo, a redução poderá ser levada a effeito, diz o texto, por uma lei, garantindo á empreza o producto bruto total do ultimo anno, e o augmento progressivo, que em termo medio tenha tido o ultimo quinquennio. Ora é evidente que a letra da segunda parte do artigo, está em contradicção com a primeira parte; porque a redução feita pelo meio ali estabelecido, podia effectivamente prejudicar os interesses da empreza. No caso em que o governo baixasse por tal modo as tarifas, que a circulação augmentasse a ponto de a maior parte do producto bruto ser absorvido pelas despesas da exploração, o dividendo da empreza diminuiria consideravelmente, e ella poderia ser assim expoliada de uma parte do seu capital empregado na construção. Era por tanto contra o direito commum, contra o espirito do contrato, e até contra a letra da primeira parte do §, a segunda parte d'elle. Era mister pô-las ambas de accordo, e foi isso o que se fez por via da alteração proposta, que não é uma concessão á empreza, mas simplesmente uma interpretação authentica do texto do contrato conforme com a interpretação doutrinal que os tribunaes lhe dariam, se a questão lá fosse levada (apoiados).

Passando á terceira alteração, que consta do § 2.º do artigo 1.º do projecto, disse que esta era a mais importante de todas, e o ponto principal em que se estabeleceu divergencia entre os diversos oradores que têm tratado a questão. É por isso que n'este ponto estenderia mais as suas reflexões, procurando avaliar qual é a importancia da concessão que se faz á empreza, com relação a ella e com relação ao estado, e comparando essa concessão com as outras concessões que a empreza faz ao estado. A este respeito fez mesmo uma especie de conta corrente, que em tempo mandaria para a mesa, a fim de poder ser vista e examinada pelos srs. deputados.

Para nós avaliarmos bem qual é a importancia d'esta concessão que fazemos á empreza, devemos primeiro ver em que ella consiste. A concessão não consiste na dispensa, consiste no adiamento dos movimentos de terra para uma epocha proxima d'aquella em que a empreza tem de collocar a segunda via. Agora para avaliarmos quanto vale esse adiamento, é necessario começarmos por avaliar quanto custam esses movimentos de terra.

Por uma nota que foi mandada para a mesa pelo illustre primeiro secretario d'esta camara, vê-se que a media do custo total dos movimentos de terra em muitos dos caminhos de ferro francezes e allemães estava para o custo total d'esses caminhos como 1 para 6,23; quer dizer, que o custo total dos movimentos de terra vale pouco menos de $\frac{1}{6}$ do custo total dos mesmos caminhos. Esta é a conclusão que se tira da nota que foi mandada para a mesa pelo sr. Mamede, a que se tira de um projecto feito por um engenheiro portuguez relativamente á secção do caminho de ferro de Santarém a Thomar, é tambem a que o sr. Gavicho apresentou hontem com respeito ás empreitadas que foram dadas na secção do caminho de ferro de Lisboa a Santarém, e é em fim a conclusão tirada de muitos factos que todos servem de a confirmar. Resta porém resolver ainda um outro problema, e vem a ser a relação em que está a parte adiada dos movimentos de terra com a parte dos mesmos movimentos que se faz já.

Outra nota mandada para a mesa pelo illustre primeiro secretario, calcula a parte adiada em $\frac{1}{2}$ da parte feita, com respeito á secção da Torre da Vargem a Assumar, que se pôde tomar como ponto de partida para toda a linha. Se no primeiro dado pôde haver alguma duvida, n'este não a pôde haver, porque é a resolução de um problema mathematico; dada a altura media dos atterros que ha desde a Torre da Vargem até Assumar, ha de ser necessariamente aquella a relação. Resolvido pois este problema da relação, temos nós que para achar o custo dos atterros que ficam adiados com respeito á segunda via, não é preciso mais que tomar $\frac{1}{2}$ de $\frac{1}{6}$, ou proximo a $\frac{1}{12}$ do custo total dos caminhos de ferro do norte e leste. Sendo portanto este custo proximo a 18.532:800\$000 réis, o custo da parte dos atterros que fica adiada será de 850:000\$000 réis, proximo a esse.

Este é o preço que vêm a custar os movimentos de terra para a segunda via.

Se por tanto os movimentos de terra para a segunda via, não podem custar mais que 850:000\$000 réis, é evidente que a concessão que fazemos á empreza não lhe pôde valer tanto, porque não dispensamos, adiamos lá sómente a feitura d'estes trabalhos. Se dispensassemos absolutamente a empreza da feitura d'estas obras, importava esta dispensa em 850:000\$000 réis; mas concedendo-lhe o adiamento d'ellas, já se vê que lhe fazemos uma concessão que vale menos que essa quantia.

O sr. Lobo d'Ávila calculou o adiamento dos movimentos de terra para a segunda via de uma maneira estranha, porque nos disse que o custo d'esses movimentos importava em 2.000:000\$000 réis, e depois acrescentou que a importancia do seu adiamento podia ser igual aos juros compostos de 2.000:000\$000 réis, por todo o tempo que a empreza demorasse a construção d'esta obra. De maneira que se a obra ficasse adiada por vinte annos, o adiamento vinha a ser de um valor maior que a dispensa total, o que era absurdo.

Portanto o preço d'esta concessão, não pôde em caso algum ser inferior para a empreza, ao custo dos movimentos de terra que são adiados; e para o governo o preço da concessão vale muito menos incomparavelmente, porque esses movimentos de terra não servem ao estado para nada, em quanto não se collocar a segunda via; pelo menos a utilidade que elles podem prestar ao governo e ao paiz, é muito mais pequena sem comparação que o custo d'elles.

O nobre orador que encetou a discussão, notou que estes movimentos de terra para a segunda via, augmentavam a facilidade da circulação, pela commodidade de concertar a via que estava em serviço, e mesmo pela maior segurança. Mas tanto essa maior segurança, como essa maior facilidade não são para o estado utilidades que valham o custo total d'estes atterros; e isto é tanto verdade, que hoje nos ultimos contratos que se tem feito, não se tem inserido esta condição, e têm-se adiado a obrigação de fazer os atterros para a segunda via, até quando ella se collocar. Se portanto o estado não tira proveito, ou pelo menos não tira um proveito verdadeiramente importante dos movimentos de terra para a segunda via, senão quando ella se colloque, vamos a ver quanto pôde valer para o estado o direito de fazer esta concessão no caso mais desfavoravel.

Uma de duas: ou o prazo para a collocação da segunda via chega antes da epocha da remissão, ou não chega. Se o rendimento do caminho attinge antes de chegar o prazo para a remissão, a meta estabelecida no artigo 3.º do contrato e em que tem logar a collocação da segunda via, n'esse caso o estado não é prejudicado em cousa alguma fazendo esta concessão, porque não tira proveito nenhum de que os movimentos de terra se façam antes d'essa epocha; se porém o caminho não attinge essa meta antes de chegar a epocha da remissão, então o estado ficará prejudicado, porque o estado pôde ao cabo de quinze annos querer remir o caminho, e quando o quizer remir encontrará atterros e desaterramentos para uma só via, em lugar de atterros e desaterramentos para duas vias.

N'esta hypothese concorda com os seus illustres adversarios em que o estado soffreria uma perda real e efectiva. E qual é ella? Seria por ventura uma somma igual ao custo d'esses movimentos de terra? Não é; é apenas a perda de uma somma que ao cabo de quinze annos a juros compostos de 6 por cento (e o nosso juro é mais caro) podem produzir os 850:000\$000 réis, que é a somma de 354:700\$000 réis.

É esta a somma que vale para o estado a concessão que elle vae fazer, porque é unicamente esta a somma que o estado pôde perder, se ao cabo de quinze annos quando remir o caminho encontrar os movimentos de terra por fazer para a segunda via, por quanto tem de fazer esses movimentos de terra, tem de gastar esses 850:000\$000 réis, e esta quantia que então ha de gastar, vale hoje 354:700\$000 réis, não vale mais.

Portanto, o que temos a examinar é se este direito do estado que vale na hypothese mais favoravel para os nossos adversarios 354:000\$000 réis, é ou não compensado pelas concessões que a empreza faz ao estado. É esta a questão que vamos examinar.

A primeira concessão que a empreza faz ao estado consiste no alargamento dos subterraneos, e no alargamento das pontes tambem, por que, como o sr. Lobo d'Ávila disse, que as pontes não precisavam de ser alargadas por que tinham 8m entre os parapeitos, contudo vê no art. 7.º que ali lhe são dados sómente 7m,40, e o concessionario obriga-se a alargar as pontes até 8m e os subterraneos até 7m,80.

Parece-lhe que a despeza que a empreza tinha a fazer a maior com estas obras, não podia ser menor de 100:000\$000 réis.

Pode questionar-se se a empreza tinha razão nas duvidas que punha com relação ao alargamento dos atterros e desaterramentos; mas não se pôde questionar se ella tinha razão, com respeito ao alargamento dos subterraneos. O conselho de obras publicas, no contrato Peto, tinha dado uma certa largura aos subterraneos e ás pontes, que era de 7m,40; mas sabe-se que estas larguras eram estabelecidas para duas vias, que tinham apenas 1m,44 cada uma, e que estas vias foram substituidas por outras de 1m,67 cada uma: ora, onde cabiam commodamente duas vias de 1m,44 cada uma, não podem caber com igual commodidade duas vias de 1m,67 cada uma.

Não falla com respeito aos atterros e desaterramentos; respeito a questão que existe entre os nobres engenheiros do conselho de obras publicas e os engenheiros estrangeiros, e não se mette a dar voto n'essa questão: só diz que existe uma questão, e que entende que é melhor compo-la por um accordo do que determina-la por uma demanda, porque entende que vale mais uma ruim composição do que uma boa demanda.

Não attende portanto no seu calculo ás alterações que se possam fazer com respeito aos movimentos de terra, attende só ás alterações feitas com respeito aos subterraneos, porque essas o proprio conselho de obras publicas admitiu que seriam convenientes, e não se pôde duvidar que o são; o que elle disse é que não eram absolutamente necessarias, mas que o caminho fica melhor com ellas, isso não se disputa.

Quanto ao augmento do peso dos carris, disse o sr. Lobo d'Ávila, e é verdade, que esta concessão é de pouca monta. Calculando o kilogramma a 55 réis pôde dar 26:000\$000 réis em ambas as linhas. É verdade que o illustre orador nos disse, que o emprezario fencionava propor a substituição de uns certos carris por outros que eram mais economicos; mas quanto a esta proposta, julga que o nobre ministro ha de ouvir o conselho de obras publicas, e que a ha de admitir sómente quando for conveniente. Se a substituição que o emprezario propõe é conveniente, entende que por ser mais barata não deve deixar de ser admitida; se é inconveniente confia em que tanto o conselho como o nobre ministro não hão de admiti-la, e hão de conservar n'esta parte o contrato primitivo.

Finalmente, ha uma outra vantagem, e essa é a maior para nós, que é o encurtamento do prazo para a construção dos caminhos de ferro de norte e leste. Este encurtamento de prazo dá uma grande economia para o thesouro. Todos sabem que em contabilidade se attende sempre aos juros do capital consumido durante o estabelecimento de qualquer empreza, quando se quer a final saber a relação que ha entre o dividendo que elle dá e os juros que se tiram do seu respectivo capital.

É uma regra geral de contabilidade que não tem excepção, e que foi tida em conta pelo conselho de obras publicas, com respeito á companhia do caminho de ferro de leste, na 6.ª alteração ao contrato provisorio.

N'essas alterações que se fizeram no contrato para a construção da 1.ª secção do caminho de ferro de leste, ajustou-se com a companhia que os juros do capital, gasto pela mesma companhia durante a construção, se accumularam com o capital, e que seria sobre os juros accumulados com o capital que se lhe garantiria o juro. Esta é a regra geral para todas as emprezas particulares e publicas. E portanto é com respeito a esta regra que devemos avaliar o lucro que tiramos d'este encurtamento de prazo; porque é evidente que quanto menor for o prazo durante o qual se construe o caminho, mais cedo começaremos a tirar interesse do capital empregado n'elle, que durante a construção está morto.

Fez o calculo em ambas as hypothese; fez o calculo da importancia que os dois caminhos vinham a custar ao estado na hypothese de se construírem os caminhos dentro dos prazos estabelecidos no contrato primitivo; e fez o calculo tambem da importancia que estes mesmos caminhos viriam a custar ao estado na hypothese d'elles se construírem dentro dos prazos estabelecidos na modificação, e achou que essa differença era de 509:733\$000 réis. Mandamos para a mesa o seu calculo, e estima que os competentes o examinem.

O nobre deputado que abriu a discussão por parte da opposição, reconheceu que se podia fazer este argumento, e disse que a empreza perdia com o encurtamento dos prazos, porque as obras feitas mais depressa custavam mais caras. Mas para destruir a força d'este argumento o illustre deputado negou que o caminho se podesse concluir n'esse prazo, e disse que quizesse que fossem as estipulações que se inserissem no contrato a esse respeito, essas estipulações não seriam cumpridas, porque era sempre facil o excogitar casos de força maior. Ora, realmente, ha de ser difficil o excogitar uma tempestade, um terremoto, ou uma febre ou outro qualquer caso d'estes, que são os de força maior (apoiados). O illustre deputado pôde dizer que este governo ha de ser benevolo para o concessionario, e que ha de conceder prorrogações de prazo facilmente; mas julga que o illustre deputado não se pôde atterar com esta idéa, porque quando chegar este caso já o poder teria deixado de existir, e então estará no governo outro que seja mais rigoroso no cumprimento do contrato n'esta parte.

Nós não podemos aceitar esta maneira de argumentar. Nós havemos de interpretar o contrato como elle está feito, e suppôr que elle é cumprido á risca; não podemos argumentar de outro modo. Todos os nossos calculos devem ser feitos, nem podem deixar de o ser, na hypothese de que o contrato é cumprido religiosamente; se não for accensum o governo, mais não o contrato, nem os calculos que se formados sobre elle. Ora é evidente porque se conhece pela demonstração e porque o confessam ambos os illustres deputados a quem se refere, que a empreza faz mais despeza na hypothese do caminho ser feito em menos tempo, e por isso esta concessão é importantissima não só de baixo do ponto de vista pecuniario, mas de baixo do ponto de vista de nós encurtarmos mais o prazo dentro do qual havemos de começar a gosar das vantagens dos caminhos de ferro.

Para todos nós importantes estas vantagens, e são importantes mais para aquelles que tem já pouca esperança de viverem muito tempo, e que desejam, durante esse tempo que estiverem n'este mundo gosar das vantagens d'estes melhoramentos materiaes, não querem deixar tudo para os vindouros. Tem muita satisfação, cumpre o seu dever fazendo todos os esforços para obter o paiz com caminhos de ferro; mas quer tambem tirar algumas vantagens praticas andando n'esses caminhos em quanto cá estiver, e por isso não se lhe pôde levar a mal que dê tanto valor a este encurtamento de prazo, dentro do qual o caminho de que se trata possa ser feito.

Tendo examinado, ou antes passado em revista, as vantagens concedidas pelo governo á empreza e por esta áquella, tendo examinado o valor das concessões feitas, e comparando as reciprocamente vê que n'ellas lucra a empreza e lucra o governo, condição essencial de todos os contratos, que não se fazem senão para interessarem ambas as partes contratantes (apoiados).

Basta metter em linha de conta as concessões re-

feridas para se poder votar com consciencia as modificações propostas. Mas ha mais, a empreza dá maior garantia da construção do caminho de ferro do norte proporcionalmente á construção do caminho de ferro do sul, dá maior garantia de melhor e mais breve construção em ambos os caminhos, e pela formação da companhia dá completa segurança da execução do contrato.

Estas garantias são importantes para o paiz: primeiramente porque as provincias do norte são as mais populosas, as mais ricas de Portugal; aquellas que têm mais actividade, aquellas d'onde tem vindo a iniciativa para todos os progressos materiaes do paiz, para o resgate da sua independencia e dos seus fôros esquecidos, essas provincias podemos accusar por termos votado dois caminhos de ferro para as provincias do sul sem votar um só para as do norte: creio que a camara não quer fazer isto, creio que a camara quer dotar as provincias do norte com um caminho de ferro, creio, finalmente, que a camara votando a construção do caminho de ferro do norte conjuntamente com o do sul ou leste cumpre um dever que tem para com aquellas provincias (apoiados).

Ainda ha outra garantia que não é de menos importancia. Hoje os caminhos de ferro são um grande facto industrial do nosso seculo, é d'elles que dependem todas as condições de progresso das diversas nações; hoje mede-se pela extensão dos caminhos de ferro que tem cada paiz o seu estado de civilização (apoiados), creio que a camara faz um grande serviço ao paiz, paga-lhe uma grande divida, incurtando-lhe o prazo dentro do qual o paiz deve começar a gosar das vantagens dos caminhos de ferro (apoiados).

Ha tres annos diziam os srs. ministros da fazenda e obras publicas no seu relatorio, é tarde para se proceder ao concurso, porque o concurso pôde trazer-nos demora, e é urgente que nós tenhamos caminhos de ferro. Então era tarde; hoje é cedo (apoiados). Então tinham tanta pressa, hoje tem-se tanto vagar. Então dizia-se, não se faça o concurso porque não se pôde adiar este melhoramento, hoje pede-se o concurso e não ha recio de adiar para mais tarde estes melhoramentos! (apoiados) Então tanta pressa, hoje tanto vagar! (apoiados) Então não haja concurso, porque é tarde, hoje quer-se que se vá romper o contrato actual e que se vá pôr novamente a concurso a construção dos dois caminhos de ferro de que se trata (apoiados). Esta exigencia não se pôde admitir (apoiados).

A formação da companhia é uma garantia importante. E por esta occasião deve responder a uma reflexão feita pelo sr. Lobo d'Ávila que pareceu dar a entender, que elle, orador, não tinha ligado importancia alguma á formação de uma companhia, e dizendo quaes são as suas opiniões a este respeito, de certo o illustre deputado ouvindo as suas palavras lhe faria mais justiça.

Sustenta que uma companhia, pelo facto de ser companhia, não dá mais garantias que uma sociedade, e esta mais que um individuo. A companhia é uma sociedade anonyma, da qual a responsabilidade está toda nos capitães, e da sociedade no fundo social, e a do individuo na sua pessoa, é mais facil exigir a responsabilidade a estes que áquella. Não disse nem podia dizer, que uma sociedade composta de seis, dez ou vinte individuos igualmente ricos, dava menos garantia que um só individuo. O que disse foi, que em igualdade de circumstancias, em igualdade de capitães a responsabilidade da sociedade vale mais que a da companhia, e a responsabilidade do individuo mais que a da sociedade.

A respeito da execução dos caminhos de ferro de que se trata, temos a garantia do deposito, a garantia pessoal do concessionario, e se a estas garantias se poder junta a garantia de dez ou vinte capitalistas que tenham dado provas de emprehenderem estas obras seriamente, a camara tem assegurado tanto quanto pôde que estes caminhos de ferro hão de ser uma realidade (apoiados). Devese sair um dia das tentativas, embora honrosas mas infelizes, em que até aqui se tem estado a respeito de construímos caminhos de ferro entre nós; é preciso que estes se construam; é isto que, com a camara, quer e deseja (apoiados).

Creio que tem mostrado, tanto quanto pôde, que as alterações propostas pela maioria das comissões são vantajosas, consideradas em si mesmas. E abstendo-se por estar proxima a hora, e estar cansado de fazer minuciosamente a comparação entre o contrato primitivo do sr. Salamanca e o contrato primitivo do sr. Peto, entre as modificações propostas ao contrato Peto e as modificações propostas ao contrato Salamanca, diz de passagem, que em ambos os casos o contrato Salamanca com as alterações propostas, é preferivel ao contrato Peto primitivo, e muito mais ao contrato Peto modificado, conforme a proposta de 28 de fevereiro de 1859.

E por esta occasião diria que os ministros de então tiveram forte desejo que na construção do caminho de ferro do norte entrasse a feitura da ponte sobre o rio Douro, obra importantissima que leva riu muito tempo a fazer, e em que se gastariam sommas importantes; a passagem do caminho de ferro sobre o rio Douro foi reputada de grande difficuldade; levantou-se então uma grande questão sobre a interpretação do contrato a este respeito, e o governo resolveu, e muito bem, não romper o contrato, que reputava vantajoso, por causa d'essa condição, cedeu d'ella, porque, apesar d'isso, o contrato era bom, e o governo tinha esperança que se realisaria como se tinha ajustado.

A questão principal é se podemos obter um contrato melhor do que aquelle que se apresentou á apreciação da camara, se podemos obter um caminho de ferro mais barato, se rescindindo o contrato devemos abrir nova licitação, e isto não se pôde fazer sem perdemos a garantia que nos dá o deposito, e as despezas que se estão fazendo, sem perdemos todas as garantias que nos dá o actual concessionario (apoiados); e pergunta á camara se quer perder todas as garantias que temos da boa execução do actual contrato? Se ella quer que haja nova licitação sujeitando-se ás contingencias da praça? (apoiados).

Já rescindimos o primeiro contrato com a empreza do caminho de ferro de leste, rescindimos o segundo com os srs. Pereiras, rescindimos o terceiro com o sr. Peto; se rescindimos este quarto com o sr. Salamanca, quem querará contratar comosco (apoiados)? Portanto n'este negocio é necessario proceder com toda a prudencia (apoiados).

Conclue portanto dizendo, que o melhor que a camara tem a fazer é votar o projecto apresentado pelas comissões, porque o dever da camara é contratar nos melhores termos para o paiz (apoiados); porque a camara, em virtude do conhecimento que tem dos precedentes de todos os partidos e de todos os homens publicos, em virtude do que se tem feito até hoje a respeito de caminhos de ferro em Portugal, não pôde ter esperança bem fundada de que se hão de fazer melhores contratos de que aquelle que actualmente lhe é offerecido, porque nós não devemos perder tempo (apoiados), e porque nós devemos esforçar-nos por alcançar as outras nações, e das quaes nos causam as nossas dissensões politicas, e do nosso mau fado, para não fallar de outras causas, nos temos atrasado tanto. Vota pela aprovação do parecer da comissão (apoiados)—Vozes:—muito bem, muito bem.)

(O orador foi cumprimentado por muitos srs. deputados de todos os lados da camara e pelos srs. ministros presentes.)

O sr. Presidente:—nota que a hora está quasi a dar, e a camara resolveu que se não fechasse a sessão de hoje sem se dar a palavra ao sr. deputado Coelho do Amaral para dirigir uma pergunta ao sr. ministro do reino sobre objecto já conhecido da camara; porém, seguindo-se a fallar na materia em discussão o illustre deputado o sr. Garcez, não sabia se quereria começar a fallar, ou se permitia que outro senão fallasse sobre o objecto a que allude.

O sr. Garcez:—declara que a hora está bastante adiantada, e não tem duvida alguma em deixar de começar agora o seu discurso para que o sr. Coelho do Amaral possa verificar a pergunta que deseja dirigir ao sr. ministro do reino.

O sr. Presidente:—dá a palavra ao sr. Coelho do Amaral.

O sr. F. Coelho do Amaral:—referindo que tinha presenciado o espectáculo humilhante e aviltante de andarem no domingo patrulhas armadas de soldados inglezes passeando pelas ruas de Lisboa, a titulo de recolher para bordo os marinheiros que encontrassem em estado de embriaguez, e alludindo ao facto que se deu com a estação municipal do Caes do Sodré, em que o commandante de uma patrulha ingleza quiz arrancar de lá um marinheiro inglez que ali se achava preso, chegando a puchar pela espada e os soldados pelas bayonetts, e que, se não fosse apparecer ali o consul inglez, podia d'este acontecimento resultar um grave conflicto; chama a attenção do sr. ministro do reino sobre estes factos, e pede que s. ex.ª informe a camara se as patrulhas de soldados inglezes continuam a girar pelas ruas de Lisboa, e se tem sido com permissão do governo ou sem ella. Se o fim d'estas patrulhas é recolher para bordo os marinheiros ou soldados que encontrarem embriagados, para isso não é preciso apparecerem-se em terra armados.

O sr. Ministro do reino (Pontes Pereira de Mello):—effectivamente n'um dos dias passados percorreram algumas ruas de Lisboa patrulhas de soldados inglezes que tinham por fim, segundo se soube, recolher para bordo dos navios os marinheiros d'aquella nação que se achavam dispersos ou em estado de embriaguez. Logo que constou isto ao governo, o sr. ministro dos negocios estrangeiros, como órgão official do governo em assumptos d'esta natureza, dirigiu-se ao ministro de sua magestade britannica n'esta corte, e mostrou-lhe os inconvenientes d'aquelle procedimento, e pediu-lhe que fizesse com que o almirante inglez das forças nauticas no Tejo dêsse as suas ordens para que taes patrulhas cessassem de percorrer as ruas da capital. O ministro de sua magestade britannica declarou que ia escrever ao almirante n'esse sentido, e desde então pôde assegurar ao illustre deputado que nem hontem, nem hoje lhe consta que taes patrulhas armadas tenham percorrido as ruas da capital. O governo não pôde obstar, nem isso seria proprio de uma nação civilizada, e que se presa a si mesma, a que alguns soldados inglezes, d'essa nação amiga, desembarquem em terra (apoiados); e tanto mais sendo no intuito de, pelos meios suaves, procurar levar para bordo os marinheiros que, vindo a terra, ficam em estado de embriaguez; mas d'aqui a policiar a capital qualquer força armada estrangeira vae uma grande distancia. N'esta materia o governo tem, pela sua parte, feito o que lhe cumpre, e não dá licença ao illustre deputado, nem a ninguém, que seja mais respeitador e mantenedor do decoro nacional do que o governo (apoiados). O governo não consente que ninguém se reputa mais zeloso das immundices, dos direitos e do decoro nacional que o proprio governo (apoiados).

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã trabalhos em comissões depois do expediente, e levanta a sessão.—Eram quatro horas e um quarto da tarde.

Projecto de lei sobre o melhoramento dos campos do Mondego, apresentado pelo sr. deputado Lopes Branco

Senhores:—O rio Mondego é por onde se faz o movimento commercial das exportações e importações valiosas do porto da Figueira; e com tudo o estado da sua canalisação é deploravel.

Com o intuito de prover-se ás obras de que depende o melhoramento do Mondego, se propoz e foi promulgada a carta de lei de 12 de agosto de 1856, mas as suas disposições não produziram os resultados que se pertendiam, e as cousas ficaram em peor estado; porque ella ligou com as obras do rio as do melhoramento dos campos, e fez contribuir simultaneamente para umas e para outras, os proprietarios d'esses terrenos, entregando toda esta administração importantissima a uma junta e a um conselho, que hoje quasi não funcionam.

Ao contrario do que se ordenou na lei de 12 de agosto, os rios navegaveis, que são vias de comunicação, estão, como as estradas, a cargo do estado; e o governo é obrigado a prover ás obras de que elles carecem, com os dois fins, de serem uteis á navegação, e de evitar que, por falta d'ellas, as suas inundações causem prejuizos ás cidades e povoações, junto das quaes passaram, e á lavoura e aos proprietarios dos terrenos pelo meio dos quaes correm.

E as obras de que os campos de um rio carecem para o seu aproveitamento, estas devem separar-se das que elle precisa, e ser entregues aos proprietarios d'esses campos; regulando-lhes porém a sua administração de um modo que seja effizaz, porque convém ter em vista a difficuldade de unir a vontade de todos, e de lhes fazer comprehender os seus proprios interesses, para prestarem uma adhesão prompta, activa e zelosa ás disposições de alguma lei que lhes seja util.

As obras portanto de que carece o estado em que o Mondego se acha, e as que se fazem necessarias, para se aproveitarem os terrenos que, por causa d'esse estado, elle tem arrazado á arca e destruido, e se evitar que arraze e destrua mais, não têm nada de commum; e é preciso separar umas das outras, dando a todas o impulso que a mais urgente necessidade está reclamando.

Convém, alem d'isto, eliminar ainda da lei que se fizer, com o fim de prover-se effizazmente ás obras a que me refiro, algumas disposições que foram adoptadas na de 12 de agosto, contra todos os principios, e as indicações que se encontravam na materia que ella comprehendia.

A lei de 12 de agosto não produziu um só dos beneficios para que foi feita, e causou ao mesmo tempo males que não se imaginam a todas as povoações do campo de Coimbra; e foi por isso que os proprietarios d'aquelle campo dirigiram a esta camara uma importante representação, com mais de mil assignaturas, contra as disposições capitais da mesma lei, que foi apresentada em sessão de 2 de março de 1858, a qual eu espero que agora seja attendida, tendo-se para isso em consideração os seus fundamentos, aquelles que expõem resumidamente no presente relatorio, e os que a sabedoria da camara supprirá; esperando que ella, movida do seu zelo pela prosperidade publica, julgára digno da sua approvação o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º As obras da canalisação do rio Mondego e suas accessorias ficam sendo, pela presente lei, distinctas e separadas, das obras de que depende o aproveitamento e as boas condições, em que

deverem ser sempre conservados os campos adjacentes, até á foz d'aquelle rio.

Art. 2.º O governo ordenará aos empregados técnicos, que foi autorizada a nomear pelo artigo 19.º da carta de lei de 12 de agosto de 1856, e cujos vencimentos figuram no artigo 13.º do orçamento do ministério das obras publicas, os trabalhos de que depende, levarem-se a effecto as obras declaradas no artigo antecedente.

Art. 3.º Concluídos estes trabalhos, o governo procederá, sem perda de tempo, ás obras da canalisação do rio Mondego, conforme o plano que lhe tiver sido apresentado pelos empregados a que o artigo antecedente se refere; e para esse fim lhe ficam votados annualmente, pela presente lei, 10.000.000 réis dos cofres do estado, até se concluírem as obras autorizadas neste artigo, em cuja somma não se comprehende a que é votada para construcção e reparo de machões pelo artigo 11.º secção 4.ª do orçamento do ministério das obras publicas.

Art. 4.º Além da somma decretada pelo artigo antecedente, para as obras da canalisação do rio Mondego e suas accessorias, será igualmente applicado para ellas o imposto de 1 por cento na importação, exportação e direitos de tonelagem na alfandega da Figueira, creado pela carta de lei de 9 de fevereiro de 1843 para a abertura e melhoria da barra d'aquelle porto; e mais a decima parte dos rendimentos da mesma alfandega, com igual applicação em virtude das disposições da carta de lei de 17 de agosto de 1857, logo que as obras autorizadas pelas duas leis se concluírem.

Art. 5.º É lançado mais um imposto, com a mesma applicação ás obras decretadas no artigo 3.º, aos barcos que navegarem no rio Mondego, pago no ponto ou nos pontos que o governo designar, para cujo fim fica autorizada a fazer a competente tabella.

Art. 6.º O governo é autorizado a levantar quaesquer empréstimos, que lhe parecer que são necessários, para emprender em maior escala as obras ordenadas no artigo 3.º

Art. 7.º É o governo obrigado a conservar as margens e as motas do rio Mondego sempre no melhor estado de reparo, e em tal altura-acima do leito, que a lavoura nunca soffra perjuizos com as inundações que podem conter-se, nos limites que for possível estabelecer-lhes, por meio de quaesquer obras de arte.

Art. 8.º O governo formará, das populações a que pertencerem os terrenos que são alagados pelas inundações do rio Mondego, tres divisiões, e no segundo domingo de novembro mandará reunir os presidentes das respectivas camaras municipales e o membro mais velho de cada conselho municipal, na capital que lhe parecer mais commoda, e ali se procederá á eleição de dois cidadãos, um para proprietário e outro para substituto, que reunam as condições essenciaes, para comporem um conselho, que os elitos devem constituir, com o encargo de prover á abertura, e conservação sempre em bom estado das vallas e reparos dos campos de Coimbra, o qual se denominará, *conselho das obras das vallas e melhoramentos dos campos do Mondego*.

§ 1.º Junto do conselho creado por este artigo, servirá um secretario, um amanuense, um continuo, um thesoureiro, e seis guardas zeladores, com a expressa prohibição de se nomearem mais empregados, sem autorisação legal.

§ 2.º O conselho fará o regulamento da secretaria, e o da sua administração externa; marcará n'elle os ordenados aos empregados creados pelo artigo antecedente, e fará o regulamento das posturas, que os zeladores devem observar nos campos, com as penas correspondentes aos infractores d'ellas, enviando tudo ao governo para ser por elle approvado.

Art. 9.º Será nomeado pelo governo um magistrado privativo, tirado exclusivamente da magistratura judicial ou administrativa, comprehendida a classe do ministério publico, que se denominará, *juiz das obras do Mondego, vallas e melhoramentos dos campos*, o qual, além das attribuições que lhe são commettidas pela presente lei, será o presidente do conselho creado pelo artigo antecedente, e servirá por quatro annos; e, no fim d'elles, se collocará no logar que lhe pertencer, sem poder ser reconduzido n'este, tendo-se-lhe em conta o bom serviço que mostrar que prestou.

§ unico. Junto do juiz privativo, creado por este artigo, serve um escrivão e um official de diligencias. Accumularão estas funcções o secretario e o continuo do conselho; e lhes pertencem n'esta segunda qualidade os mesmos salarios, que na tabella se acham estabelecidos para iguaes empregados judiciaes de segunda instancia.

Art. 10.º O conselho das obras das vallas e melhoramentos dos campos do Mondego é eleito por tres annos; reúne-se no segundo domingo de janeiro; faz uma sessão annualmente na cabeça do districto, até trinta dias; e pôde ser convocado extraordinariamente pelo presidente, occorrendo necessidade d'isso.

Art. 11.º O ordenado do juiz e presidente das obras e melhoramentos dos campos do Mondego é de 800.000 réis, além dos emolumentos que lhe pertencerem nos negocios da sua competencia; e os membros do conselho vencem uma gratificação de 150.000 réis, por cada dia que estiverem reunidos em sessão.

Art. 12.º É autorisado, tanto o conselho das obras e melhoramentos dos campos de Coimbra, como o presidente d'elle só por si, a consultar o director das obras publicas do respectivo districto, e os empregados technicos a que o artigo 2.º da presente lei se refere, sobre as bases que convierem para o melhor aproveitamento dos campos do Mondego; e a pedir-lhes as plantas e quaesquer trabalhos scientificos, de que elle dependa.

Art. 13.º O conselho delibera sobre as obras que devem fazer-se; e o presidente executa as suas deliberações, e corresponde-se directamente com o governo, sobre os assumptos que fazem o objecto da presente lei, fóra dos casos das suas attribuições judiciaes.

Art. 14.º As obras, que se ordenarem pelo conselho, serão pagas exclusivamente pelos proprietarios, a cujos terrenos ellas aproveitarem. As vallas reas serão abertas á custa dos confinantes, na extensão perpendicular a cubra das margens que for indicada naturalmente, pelo beneficio que ellas produzem aos seus terrenos; salvo quando houver necessidade de se examinar, até onde se estende a utilidade que resultou d'estas obras, em cujo caso se procederá por meio de arbitros.

Art. 15.º É lançado o imposto de 20 até 40 réis por agulhada annualmente ás terras que são alagadas pelas inundações do Mondego, o qual será votado, arrecadado e cobrado pelo conselho, e por elle applicado ás obras que tiver ordenado em cada anno.

Art. 16.º O conselho é autorisado a levantar empréstimos, sobre o imposto decretado no artigo antecedente, para poder emprender e levar a effecto, dentro do tempo mais conveniente, as obras que julgar de maior necessidade, hypothecando-lhes sómente aquelle, que corresponder aos terrenos aos quaes essas obras aproveitarem.

Art. 17.º O lançamento do imposto se fará por concelhos e freguezias, e em cada uma d'ellas se affixará uma lista dos contribuintes collectados, com a declaração das agulhadas que possuem, para reclamarem dentro de quinze dias perante o conselho, pelo qual serão julgadas as reclamações, sem recurso; precedendo vistoria, á custa de quem a requere-

rer, se for necessaria, á qual procederá o juiz privativo.

Art. 18.º Pertencem ao secretario e ao thesoureiro do conselho, pelo lançamento e cobrança do imposto, as mesmas vantagens que pertencem a iguaes empregados, pelo lançamento e cobrança dos impostos do estado.

Art. 19.º É juiz executor da cobrança do imposto decretado pelo artigo 15.º o juiz privativo das vallas e melhoramentos do campo do Mondego, o qual mandará proceder a ella, com executivo, e citação para o executado pagar em oito dias, passados os quaes se procederá a penhora e venda immediata dos bens penhorados, sem mais ordem nem figura de juizo, salvo o direito de embargos de terceiro.

Art. 20.º Se for necessario para obras accessorias da canalisação do Mondego, ou para aquellas de que depende o aproveitamento dos campos, abrirem-se vallas de novo, o conselho decretado por esta lei é o competente, para se proceder á demarcação dos alveos, com orens e margens d'essas vallas, de que se lavrará auto, com assistencia dos empregados technicos, e audiencia previa dos interessados. No primeiro caso a indemnisação dos terrenos que forem demarcados para estas obras será feita por conta do estado; e no segundo pela dos proprietarios que tirarem beneficio d'ellas, descontando-se aos expropriados a quota que lhes pertencer.

§ unico. É juiz d'estas expropriações, por utilidade publica, o juiz das obras de vallas e melhoramentos dos campos do Mondego, ás quaes procederá, na conformidade da legislação em vigor.

Art. 21.º Fica prohibida a pastagem de gados nas margens e motas do Mondego e nas suas accessorias; e bem assim nas vallas reas, ora existentes, e que de novo se abrirem, para o melhoramento dos campos.

§ unico. O conselho, contudo, poderá conceder licença, para pastar nos campos das vallas reas existentes, e que de novo se abrirem, gado exclusivamente cavallar e bovino, preso á mão de pastor, estabelecendo o preço que julgar justo por estas licenças.

Art. 22.º Das deliberações do conselho ha recurso, quando tiverem por objecto algumas obras que elle tiver ordenado, o qual será interposto para a repartição central do ministério das obras publicas, sem suspensão das deliberações de que se tiver recorrido.

Art. 23.º É autorisado o governo, pelo ministério das obras publicas, a fazer um regimento de posturas para a policia e conservação das margens e motas do rio Mondego e obras accessorias, no qual se determinarão as penas, em que incorrerem os seus infractores.

Art. 24.º A administração das mattas, margens e motas do rio Mondego e das obras accessorias pertence ao conselho das obras e melhoramentos do campo; e a policia e julgamento das infracções das posturas ordenadas pelo artigo antecedente ao juiz privativo.

Art. 25.º O director das obras publicas nomeará os zeladores que julgar necessários, para a policia das margens e motas do rio Mondego e accessorias; e, para os effectos do artigo antecedente, estarão ás ordens do juiz privativo.

Art. 26.º O director das obras publicas é o fiscal da observancia e execução das posturas ordenadas no artigo 23.º, e poderá fazer ao conselho e ao juiz privativo quaesquer reclamações que julgar convenientes.

Art. 27.º O presidente do conselho remetterá, todos os annos, ao governo, pelo ministério das obras publicas, um relatório, no qual lhe dê conta, das obras que se fizeram, dos resultados que ellas produziram, d'aquellas em que se continua, e das que estão ordenadas; com todos os desenvolvimentos aonde se mostre a utilidade immediata d'essas obras, juntando-lhe o mappa das receitas que se votaram para ellas, das que se cobraram, e das sommas que se gastaram.

Art. 28.º Pertence ao juiz privativo, creado pelo artigo 9.º, toda a jurisdicção contenciosa, de que depender a execução das disposições da presente lei, a qual será exercida sempre, sem ordem nem figura de juizo, sómente pela verdade sabida, com previa vistoria, todas as vezes que ella for necessaria.

Art. 29.º As receitas do conselho das obras de vallas e melhoramentos do campo de Coimbra compõem-se:

1.º Do rendimento das pastagens e mattas, e das madeiras que se cortarem nas margens do Mondego e accessorias, e d'aquelle que se especifica no artigo 21.º § unico.

2.º Do rendimento das barcas de passagem, desde a ponte de Coimbra até á foz do Mondego.

3.º Da venda de pastos que não forem vedados pelas posturas das respectivas camaras ou juntas de parochia aos gados de fóra, ou que não se acharem comprehendidos nas disposições do artigo 6.º e seguintes da carta de lei de 26 de julho de 1850; e d'aquelles que o conselho tiver mandado guardar para o vender, ou semeado em terrenos que aproveitasse, para fazer prados modelos.

4.º De um imposto de 20 até 40 réis por agulhada, lançado a todos os terrenos que são alagados pelas inundações do Mondego, na conformidade do artigo 15.º

§ unico. O imposto decretado pelo artigo 15.º, e a que o n.º 4.º d'este artigo se refere, não pôde ter outra applicação, senão para obras que seja necessario emprender, para melhoramento dos campos; e, das que se autorisam nos n.ºs 1.º e 2.º, se pagarão os ordenados estabelecidos ou determinados pela presente lei, de forma que, se a importancia d'estas receitas não for sufficiente para estes encargos, a falta se supprirá pelos cofres do estado.

Art. 30.º É concedido o premio de 3.000.000 réis, pagos pelos cofres do estado, ao engenheiro que tiver estudado e posto em execução o systema, pelo qual os campos do Mondego se aproveitarem, depois de levantadas e feitas grandes tapadas e predios, que sejam a prova d'este desejado aproveitamento.

Art. 31.º É mais concedida uma pensão de 400.000 réis ao proprietario de terras nos campos do Mondego, que, pelo melhor systema, fizer n'ellas, estando actualmente incultas ou areadas, prados aonde se sustentem doze egos todo o anno, reparados de tal modo que, n'elle e nos estabelecimentos em que se recolherem, nunca entrem as agoas das maiores inundações.

Art. 32.º O governo fará os regulamentos necessários, para a execução d'esta lei.

Art. 33.º Fica revogada a carta de lei de 12 de agosto de 1856, e em seu vigor a de 26 de julho de 1850, na parte em que não é alterada nos artigos antecedentes.

Camara dos deputados, em 12 de março de 1860. — A. R. O. Lopes Branco.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 18 do corrente, e de Paris até 14.

Segundo consta dos despachos telegraphicos transmitidos pelo commandante das forças navas espanholas, continuava ainda no dia 17 do corrente o desembarque dos viveres e mais objectos que se achavam a bordo dos navios.

Na mesma data participa o commandante em chefe do exercito expedicionario, que fallecera de cholera o coronel Larraz.

Além dos despachos que contém estas noticias, a *Correspondencia de Espana* publica os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Londres, 17 de março.—O governo annuncia na camara dos communs que ainda não se tinha recebido communicação alguma official relativamente á noticia de que só as municipalidades da Saboya se não consultadas na parte relativa á annexação.

Lord John Russell declarou todavia que recebera uma nota do ministro dos negocios estrangeiros da França, na qual este expunha a necessidade de que fossem alteradas as fronteiras francezas. O lord acrescentou, que, sendo o assumpto de tamanha importancia, carecia de um exame detido, e que estava, por isso, preparando a sua resposta que, em occasião opportuna, submetteria ao parlamento.

A Inglaterra e a Prussia, segundo declarou tambem lord John Russell, partilhavam a mesma opinião na questão da Saboya; porém a Austria e a Russia ainda não deram uma resposta definitiva.

Hungria, (Pesth, 16).—Em consequencia de algumas desordens que occorreram, ficaram feridas varias pessoas.

Berna, 16.—A Suissa protestou formalmente contra a annexação da Saboya.

Turin, 15.—Na Romania o resultado da votação proclamado pela junta de apuramento é o seguinte: a favor da annexação 200.659 votos; a favor de um reino separado 244 votos; listas annulladas 283.

Modena, 16.—A favor da annexação 116.621 votos; Parma 88.511; Emilia 466.791.

Londres, 15.—Alguns jornaes dizem que, se effectivamente se realisar a annexação da Saboya, a Inglaterra deve voltar pelos interesses da Suissa, e alcançar em seu favor serias garantias.

Bruxellas, 15.—A *Independance Belge* sustenta que a votação relativa á annexação da Saboya não terá logar pelo suffragio universal, mas sim por municipalidades. O jornal belga tambem afirma que o rei do Piemonte está resolvido a ceder essas provincias, e que em virtude d'esta resolução o marechal Vaillant recebeu ordem para não evacuar a Lombardia, mas sim para tomar posições em volta de Pavia.

Marselha, 15.—Receberam-se noticias dos Estados Unidos e do Mexico. Mac-Lane, o ministro plenipotenciario no Mexico, partiu de Washington para Veracruz, munido de plenos poderes para proceder segundo as circumstancias ao exporem.

Da Havana tinham sahido dois vapores armados em guerra: suppunha-se que tinham sido fretados por Santa Anna, a fim de coadjuvarem o partido conservador. Miramon publicou uma proclamação, intimando Veracruz para que se renda.

A igreja de S. Francisco Xavier em Cincinnati abateu. D'esta catastrophe resultou a morte de muitas pessoas. Entre as ruínas, tinham já apparecido, á data das ultimas noticias, quatorze cadaveres.

Londres, 16.—Na camara dos lords foi discutido o projecto de mensagem á rainha, relativo ao tratado de commercio.

Depois de uma acalorada discussão, a mensagem foi approvada, e a camara ordenou que fosse enviada a sua magestade.

O *Times* publica um despacho telegraphico annunciando que foi já entregue a mr. de Thouvenel o protesto da Suissa. O governo suizo tenciona enviar uma nota ás potencias que assignaram os tratados de 1815, a fim de que seja mantido, na Saboya, o *statu quo*, e a garantia da neutralidade suiza de uma parte da Saboya.

Dresde, 16.—O *Journal de Dresde* publica um artigo muito energico contra a annexação da Saboya á França. Nesse artigo a Inglaterra é altamente censurada por ter destruido as bases de Vilmfranca, e as outras potencias merecem igual censura pela sua apathia.

Paris, 16.—Os jornaes da tarde transcrevem do *Nord*, de Bruxellas, a resposta dada pelo cardeal Antonelli a mr. Thouvenel, acerca da questão romana. Esse extenso documento diz, em resumo, que o papa não pôde aceitar os conselhos do governo francez, nem fará concessão alguma até que lhe sejam restituídas as Legações.

Continua o processo do bispo Dupanloup. A França insiste na annexação da Saboya, e, na opinião dos jornaes ministeriaes, todos os habitantes d'este territorio desajam essa annexação.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

IMPACTO D. LUTZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Gráus C.	Por 100	Ramos

9 m. 760,57 12,9 76,8 N.

3 t. 759,24 16,7 50,5 NNO.

DIA 20.

Maxima — temperatura..... 19.0 C.
Minima..... 7.2 C.
Ozone (de noite)..... 4.5
Ozone (de dia)..... 5.0
Chuva (udometro)..... 0.0 Mil
Evaporação (vapormetro)..... 5.5

Altura barométrica correcta.....
Altitude do barometro 951 metros.
Temperatura á sombra.....

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 21 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Elise, patacho dinamarchez, capitão N. Shato, de Londres em 60 dias, e de Dover em 12, com sal, cerveja, tijolo e mais generos ao seu consul; 8 pessoas de tripulação. Destina-se para Havana, e vem arribado em consequencia de trazer um marinheiro da tripulação com uma perna e um braço quebrados. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas e meia da noite.

Senhora do Rosario e Almas, cahique portuguez, mestre A. da Luz, de Peniche em 7 horas, com vinho e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são: Maria da Conceição, Gertrudes Rosa, e uma praça de pret, portuguezes.

S. José e Almas Feliz, cahique portuguez, mestre M. dos Santos, de Villa Nova de Portimão em 5 dias, com cortiça, aguardente e obra de palma; 8 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são: Joaquim Xavier, Antonio Manuel de Sousa, João de Sousa, maritimos portuguezes.

Marie de Brabant, paquete belga a vapor, capitão J. F. Veendam, da Antuerpia em 18 dias, e de Santander em 3, com varias fazendas a M. Walsh & C.º; 30 pessoas de tripulação. É da força de 110 cavallos.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS
Restauração, cahique do arsenal.

Estrella de Ovar, bateira, mestre F. C. dos Santos, para Setubal com vasilhame, cereaes e encomendas; 6 pessoas de tripulação.

Salmeira de Aveiro, rasca, mestre A. Gomes, para Setubal, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Boa Fortuna, hiate portuguez, mestre J. José, para Villa Real de Santo Antonio, com madeira, ferro e cevada; 7 pessoas de tripulação.

Boa Fé, cahique portuguez, mestre J. Francisco, para Faro, com milho, assucar e bacalhau; 8 pessoas de tripulação.

Villa Nova de Portimão, cahique portuguez, mestre J. S. Marques, para Vianna, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Flor do Porto, barca, mestre J. C. de Barros, para o Porto, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Bom Jesus dos Navegantes, hiate portuguez, mestre F. S. Vianna, para a Figueira, com pedra de cal; 7 pessoas de tripulação.

Flor do Guadiana, hiate portuguez, mestre J. S. Faca, para Villa Real de Santo Antonio, com cereaes, madeira e encomendas; 8 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Francisco de Paula, carpinteiro, Joaquim Antonio, marítimo, portuguezes.

Conceição, cahique portuguez, mestre J. P. de Aguiar, para Villa Nova de Portimão, com vasilhame e encomendas; 7 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Antonio Joaquim Dias, José Rodrigues Dias, trabalhadores portuguezes.

Bolder, escuna sueca, capitão J. N. Nulstrom, para Gothenbourg, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Richard, patacho prussiano, capitão O. I. Schmiedberg, para Leith, com sal e cortiça; 9 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 21 de março de 1860. — J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 20 DE MARÇO DE 1860

Serviço das haitas

Da foz do Douro, do dia 19

Entrou o vapor de guerra portuguez *Lynee*, de cruzar.

Saiu o vapor inglez *Braganza*, para Liverpool. Fóra da barra não se avista nada por causa de nevoa.

O mar está um tanto agitado. — O vento esteve E. e O. brandos, agora calma.

De Vianna do Castello, do dia 19

Entrou o cahique *Nugre*, de Espozende, em lastro.

Saiu o cahique *S. João Baptista*, para a Figueira, com milho.

A barra boa. — Mar chão. — Vento N.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 16 e 17.

De Caminha, do dia 19

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.

Da Figueira, do dia 19

Entrou o hiate *Venturoso*, do Porto, em lastro; destina-se para Aveiro e vem arribado com agua aberta.

Não saiu embarcação alguma.

Fóra da barra está uma escuna russiana.

Mar agitado. — Vento NO.

Da Ericeira, do dia 19

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom. — Vento N. — Tempo claro.

De Faro, do dia 19

Entrou o hiate *Vencedor*, de Lisboa.

Saiu o cahique *S. Vicente Ferreira*, para Vianna.

Hontem não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Tavira, do dia 19

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O vento esteve NE., agora SE. bonancoso.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 19

Entradas — Inglezes, patachos *Schlomer Lawon*, de Gibraltar em 1 dia; *Villiers*, de Alicante em 9 dias; ambos em lastro.

Não saiu embarcação alguma, nem se avista.

O mar está bonancoso. — Atmospha clara. — Tempo calmoso.

De Villa do Conde, dos dias 17 e 18

Não entraram nem saíram embarcações algumas.

Mar bom. — Vento N.

De Aveiro dos dias 17, 18 e 19

Não entraram nem saíram n'este porto embarcações algumas.

De Setubal, do dia 19

Não entrou embarcação alguma.

Saiu a barca prussiana *Adolph*, para Elsenour, com sal.

Vento N.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 20 de março de 1860. — O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 21 de março — 3 por cento consolidado a 44,55 — 3 dito differido a 34,80.

Bolsa de Paris, em 21 de março — 3 por cento francez a 67,85 — 4 1/2 dito a 95,95.

Bolsa de Londres, em 21 de março — Consolidados de 94 1/2 a 94 5/8.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.º sr. — Participo a v. s.ª que a 21 do corrente mez, pelas sete horas da manhã, as torres de signal annunciaram incendio ao toque de onze badaladas. Os soccorros partiram immediatamente, e quando chegaram ao Beato Antonio veio aviso de que o incendio era em Sacavem, em uma fabrica de louça, pertencente a Manuel Joaquim Affonso, que se havia manifestado pelas tres horas da noite, e que o que era possivel salvar-se estava salvo, tendo já arido completamente a parte principal do edificio.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 21 de março de 1860. — Ill.º sr. vereador do pelouro dos incendios.

— O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, *Joaquim Julio Pereira de Carvalho</*